



Pela readmissão do Brandão

**Pela garantia dos empregos de
5211 contratados após 1988**

PÁGINA 3

GREVE: DECISÃO DIA 10/3

CARREIRA

**Pela retirada
do Plano de
Gestão de
Pessoas do Co**

PÁGINA 7

**Bem-vindos à
USP calouros**

ATAQUES COVARDES

POR QUE DEMITIR O BRANDÃO?

No final do ano, às vésperas do natal e do recesso de início das férias na USP, a reitora, em um ATO COVARDE, demite o Diretor do Sindicato e Representante dos Funcionários no Conselho Universitário, Claudionor Brandão e ainda responsabiliza o Sintusp pela ocupação da reitoria em 2007, cobrando da entidade R\$ 356.000,00 por meio de processo judicial.

Além destas medidas prossegue com processos, sindicâncias e inquéritos policiais contra diretores e membros do CDB - Conselho Diretor de Base do sindicato (observação: um destes processos contra diretores do Sintusp enquadra os companheiros no mesmo artigo usado contra o Brandão: “falta grave”, sob pena de demissão por justa causa).

Porque a reitora Suely Vilela, tendo por trás o governador Serra e os setores mais atrasados, corruptos e retrógrados da universidade (sendo que estes últimos, ironicamente, desde a indicação da professora pelo Conselho Universitário da USP na lista tríplice enviada ao governador, têm sido os piores detratores da própria reitora), tendo inclusive, este mesmo grupo, exercido uma grande pressão para que o então governador Geraldo Alckmin não a indicasse (mesmo sendo a primeira entre os três nomes), o que levou a um inédito atraso na escolha.

A primeira resposta que nos salta aos olhos é que esta série de ações anti-sindicais são o “troco” ou a vingança pela derrota política que o governo Serra e seus seguidores na universidade sofreram em seu projeto de intervenção e quebra da autonomia das Universidades Estaduais Paulistas, diante da luta ferrenha dos estudantes, funcionários e de vários professores na USP, Unesp e Unicamp.

É notório o papel fundamental do nosso sindicato na condução desta luta vitoriosa, assim como de inúmeras outras em defesa da Universidade Pública, Autônoma e de Qualidade, e acima de tudo, vol-



Ato em frente a Reitoria da Unesp em maio de 2008

tada aos interesses da maioria da população: os trabalhadores.

Ninguém, que conheça a USP ignora que o Sintusp não apenas tem lutado por salários dignos e pela menor discrepância entre os maiores e menores salários e pelo respeito aos funcionários, mas também contra a terceirização, a privatização, a farra das Fundações privadas, os cursos pagos e a inserção de empresas privadas, o que contraria interesses destes grupos “poderosos” na universidade.

Mais do que uma simples vingança, trata-se de uma “necessidade” deles tentarem quebrar ou destruir a organização dos trabalhadores, para assim, permitir ir adiante com seus propósitos, na implementação de um modelo de universidade voltado para o capital.

VEJAMOS

A reitoria acaba de apresentar um Projeto de “Nova Carreira”, que não foi discutido ou elaborado com a participação dos funcionários ou seus representantes eleitos para a CCRH – Comissão

Central de Recursos Humanos e de-

verá ser aprovado pelo C.O. – Conselho Universitário.

Projeto este que, claramente, tem como objetivo imediato acabar com o nível básico, além de várias funções, implementando, definitivamente, a terceirização e outras distorções, o que atingirá a maioria dos trabalhadores beneficiando apenas uma pequena parcela.

TERCEIRIZAÇÕES

Pretendendo avançar no processo de terceirização em vários setores, a reitoria fez o Conselho Universitário aprovar, na última reunião do ano passado, o fim

das Prefeituras da Capital e dos Campos do interior, o que acontecerá num processo de “transição”.

A atual política da reitoria leva a entrega da universidade às empresas privadas e ao governo do Estado, pretendendo também, em manter o não cumprimento do compromisso assinado pelo Cruesp – Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, com o não pagamento da parcela fixa de R\$ 200,00, incorporado ao salário.

Além de tudo, a reitoria sabe dos nossos propósitos. Irmos com muita força à luta neste ano, inclusive exigindo o cumprimento dos compromissos, em conjunto com os estudantes e professores em torno de uma Pauta Unificada.

O problema para a reitoria é o erro de avaliação sobre os funcionários da USP e da capacidade de reação do movimento.

A primeira mostra foi dada no dia 16 de dezembro, dia de paralisação com grande ato, inclusive com a participação expressiva de funcionários, estudantes, professores, parlamentares, inúmeras entidades sindicais, organizações políticas e de movimentos sociais, apesar do período de final de ano e de festas de confraternização nas unidades.

A NOSSA PRIORIDADE

Neste dia foi firmada por todos, o compromisso de levar a luta pela readmissão de Brandão, a retirada dos processos contra o Sintusp e militantes (tanto funcionários como estudantes processados e denunciados pela USP em inquéritos policiais), e esta será a nossa prioridade na luta neste início de ano.

**Dia 10/03 vamos deliberar em
Assembléia Geral GREVE
por tempo indeterminado**

QUEM ESTÁ COM A VERDADE

POR QUE TEMOS 5.211 EMPREGOS AMEAÇADOS NA USP?

BREVE HISTÓRICO

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição Brasileira, que determinou (artigo 37) que todas as vagas a serem criadas no serviço público do País, deveriam ser aprovadas pelo poder Legislativo (Congresso Nacional - serviço público federal; Assembléias Legislativas - serviço público estadual e Câmara Municipal - serviço público municipal).

A USP criou, de 1988 até agora, 5.211 vagas que não foram aprovadas pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Por razões que desconhecemos a USP não cumpriu o que manda a Constituição (aprovar as vagas na Alesp) durante todo este período, enquanto o Estado e o Tribunal de Contas, fizeram “vista grossa” a este fato até 2006.

Só em 2007, após a ocupação da reitoria, ficamos sabendo que o Tribunal de Contas de Estado passaria a apontar as irregularidades das referidas contratações, isto é, as feitas através de processos seletivos, publicadas em Diário Oficial, etc, para preencher vagas não existentes legalmente, ou seja, não aprovadas pela Assembléia Legislativa.

Os funcionários só tomaram conhecimento de que o Tribunal de Contas estava questionando a ilegalidade das vagas criadas e preenchidas pela universidade durante e após a ocupação da reitoria.

Em reunião com o sindicato na época, a reitoria informou que havia mesmo o questionamento do Tribunal de Contas, mas que não havia motivos para “alarme”, porque todas as providências estavam sendo tomadas para a defesa das contratações. O Departamento Jurídico do sindicato procurou o Tribunal de Contas, porém os nossos advogados não puderam ter acesso aos processos, pois nesta situação os processos administrativos têm como acusada a Universidade de São Paulo por ser ela a responsável por a esta situação.

Já em 2008, quando o Tribunal de Contas apertou o cerco e a preocupação começou a se espalhar na USP, a reitoria informou novamente o Sindicato de que estava sendo preparada uma proposta, pela Universidade, a qual estava sendo



discutida com representantes do governo e do próprio Tribunal de Contas e que seria apresentada sob a forma de Projeto de Lei na Assembléia Legislativa, criando 8893 vagas, das quais 5.211 cobririam as vagas já preenchidas e as restantes seriam destinadas às novas contratações para expansão da Universidade.

Esse Projeto de Lei 47/2008 acabou sendo apresentado pelo, governador Serra, à Assembléia Legislativa, em “regime de urgência”, sendo aprovado em dezembro pela ALESP e promulgado pelo governador Serra em 11/12/2008, como Lei Complementar nº 1074:

“Artigo 1º.- Ficam criados no subquadro de empregos públicos da Universidade de São Paulo, 8.893 empregos públicos técnicos e administrativos”.

No artigo 3º Dessa Lei está escrito:

“Artigo 3º. Os empregos públicos de que trata esta Lei Complementar serão preenchidos mediante prévia aprovação em Concurso Público de provas ou provas e títulos e regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”.

Durante a tramitação do PL 47/2008 na ALESP, foram apresentadas duas emendas pelo Deputado Fernando Capez (PSDB), que “transformavam os funcionários já contratados em estatutários e as novas contratações também”, as quais foram derrotadas pelo governo em todas as Comissões. A assessoria jurídica do deputado (PSDB) alertou o Sindicato de

que “A CRIAÇÃO DAS NOVAS VAGAS NÃO REGULARIZAVAM AS CONTRATAÇÕES ANTERIORES EM VAGAS INEXISTENTES E QUE O PREENCHIMENTO DESTAS VAGAS SÓ PODERIA SE DAR ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO”.

Quando os diretores do SINTUSP informaram a Assessoria do Deputado que a reitoria dizia para o sindicato que o Concurso público seria apenas para as novas contratações, ouvimos do mesmo: “**A reitoria pode dizer o que quiser, porém o que vale é o que está na Lei. Mesmo com a aprovação do Projeto de Lei 47/2008 as contratações questionadas pelo Tribunal de Contas continuaram irregulares**”.

No Conselho Universitário a reitora foi questionada pelo companheiro Brandão e o discurso continuou o mesmo: “das 8893 vagas aprovadas na ALESP, 5.211 delas são para regularizar as contratações questionadas pelo Tribunal de Contas e as demais para futuras contratações”.

Procurado novamente pelo Sindicato o Chefe de Gabinete, Prof. Alberto Amadio, declarou em ofício: “que não havia mais nada a esclarecer.”

Quando no dia 10/02/2009 (após o diretor da Geociências declarar que os contratados após 1988 terão que fazer Concurso público) em audiência com a reitoria o Chefe de Gabinete Prof. Amadio,

o Coordenador da CODAGE, Prof. Dante e Dr. Alberto, Procurador da USP, assumiram que, realmente o Tribunal de Contas está apontando a irregularidade destas contratações, mas que a USP está defendendo a sua legalidade. Quando a reitoria argumentou com a tese de que o Concurso Público deve ser para novas contratações, os Representantes do SINTUSP perguntaram:

“**COMO O TRIBUNAL ESTÁ JULGANDO ILEGAL O PREENCHIMENTO DAS VAGAS ANTERIORMENTE À LEI 1074 E A CONSULTORIA JURÍDICA DA USP ESTÁ DEFENDENDO A LEGALIDADE, SE VOCÊS AFIRMARAM LÁ ATRÁS QUE O TRIBUNAL PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DA LEI?**”

Depois desta última reunião em que os representantes do SINTUSP exigiram que a reitoria divulgasse um esclarecimento público, sai um informe totalmente contraditório para tentar acalmar os trabalhadores.

O Esclarecimento apresenta a “Tese da USP de que o Concurso Público será necessário só para as novas contratações”, como se isso estivesse reconhecido em Lei, pelo governo e Tribunal de Contas. Em seguida, reconhece que o Tribunal de Contas continua a questionar as contratações, afirmando que a Consultoria Jurídica está defendendo as regularidades das contratações.

• **CHEGA DE ENGANAR OS TRABALHADORES. QUEREMOS QUE SEJA ENCAMINHADA UMA EMENDA A LEI 1074 OU UM NOVO PL QUE REGULARIZE A SITUAÇÃO DE TODAS AS CONTRATAÇÕES IRREGULARES EXISTENTES NA USP E QUE O CONCURSO PÚBLICO SEJA APENAS PARA AS NOVAS CONTRATAÇÕES.**

• **CHEGA DE ENGANAR OS TRABALHADORES**

• **NÃO VAMOS PAGAR PELOS ERROS BUROCRÁTICOS DA USP E DO GOVERNO**

• **QUEREMOS A REGULARIZAÇÃO DE TODOS OS CONTRATOS, JÁ.**

“A bigorna dura mais do que o martelo”

À *Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP)*

Dirijo-me aos funcionários, estudantes e professores da USP para manifestar publicamente a minha surpresa, indignação e protesto contra a medida de força que resultou na demissão por (in)justa causa de Claudionor Brandão. Além de antigo funcionário, temperado na dura luta do trabalho cotidiano, Brandão recebeu de seus pares, como prova de renovada confiança, uma dupla legitimidade. Primeiro, a legitimidade de ser eleito diretor sindical do SINTUSP e, segundo, a legitimidade de ser eleito representante de sua categoria no Conselho Universitário (Co). Não nos enganemos: Brandão foi cassado e proscrito não por seus hipotéticos feitos, mas sim por suas comprovadas qualidades como líder e dirigente sindical. Fosse ele um pelego, capacho e colaboracionista das altas esferas universitárias, sem dúvida seria saudado e apontado pelos donos do poder como “funcionário exemplar”. Mas, como dirigente ativo, consciente e combativo, coube-lhe o primeiro lugar na “lista de degola” que pode estar em andamento.

Não acalentemos falsas ilusões: Brandão foi o primeiro, mas não será o último, desse processo de proscricção. Coube a ele ser a cobaia do ensaio geral para medir a nossa capacidade de reagir frente a um fato consumado que cutuca a fera com vara curta. Se nos calarmos, cruzarmos os braços e não fizermos nada em defesa dos direitos de Brandão, vitimado pelas artimanhas e armadilhas jurídicas de uma demissão forjada por “justa causa”, não poderemos nos queixar das represálias que poderão atingir em futuro próximo todos os setores da comunidade universitária. Não é demais lembrar que a demissão por justa causa implica na perda absoluta dos direitos adquiridos como contrapartida por todo o tempo de trabalho. O abuso do Direito e a cisão entre legalidade e justiça poderão servir de pretexto para novos expurgos, vendetas e retaliações. Uma vez aberto o precedente, é possível que venham a ocorrer novas cassações de diretores do SINTUSP e de outros funcionários. Não é segredo que o sonho de longa data acalentado é desmantelar o sindicato e deixar os funcionários órfãos de representação coletiva ou colocá-los à mercê de um sindicato de fachada, que seja mera linha auxiliar dos detentores do poder.

Como antigo dirigente estudantil (geração 68), alerto também os estudantes e suas entidades representativas para o “tsunami” que pode despontar de surpresa no horizonte. É hora de esquecer divergências, cerrar fileiras, mobilizar forças e prestar apoio e solidariedade, de fato, aos trabalhadores uspianos. A passada ocupação da Reitoria e os processos dela decorrentes poderão ser utilizados para decapitar a vanguarda estudantil, além de esvaziar o DCE e outras entidades agueridas. Aqui também é preciso tomar cuidado com alguns carreiristas e oportunistas que existem em toda parte. Neste caso, refiro-me à quinta coluna alienada, que acha que a única função do estudante é somente estudar, ignorando a dinâmica dos movimentos sociais à sua volta.

Aqueles que enfrentaram prisão, tortura, exílio ou clandestinidade sabem que, ao longo de nossa história, a repressão começou sempre em cima dos pobres e trabalhadores, depois desabou sobre os universitários e secundaristas, terminando por desancar os professores e intelectuais. Não pensem estes últimos que, do alto de seu *status*, estarão protegidos de vendavais e tempestades. Estou apenas recordando a conhecida tática do salame, que consiste em fatiar um setor de cada vez, até chegar finalmente a nossa vez. Basta reler o velho Brecht, cujo poema é bastante conhecido. Quem não o leu que busque fazê-lo, para não vir alegar depois que desconhecia ou não apreciava poesia.

A premissa é que a USP se funda no trabalho manual e intelectual daqueles que a integram, o que possibilita ensino, pesquisa e extensão. Resulta daí que somos todos interlocutores legítimos que não podem ser ignorados; que temos direitos individuais e coletivos assegurados pela Constituição; que queremos ser ouvidos para que possamos debater e dialogar com a outra parte numa mesa de negociação. É preciso que se abra um espaço de interlocução para que apresentemos nossos pontos de vista, razões e desrazões. Se essa proposta não for aceita pela Reitoria, restariam ainda dois caminhos, que não são antagônicos nem excludentes. Bem ao contrário, no mais das vezes são convergentes e complementares.

Um deles diz respeito ao aspecto legal e o outro ao da mobilização social. O primeiro caminho passa pela utilização de todos os recursos jurídicos que o império da lei coloca à disposição do cidadão para a defesa de seus direitos civis, políticos e sociais. Isso é um recurso necessário, mas está longe de ser suficiente. O se-

gundo caminho, que corre paralelamente ao primeiro, aponta para a mobilização, organização e conscientização dos três setores de nossa comunidade: funcionários, alunos e docentes. Seu principal objetivo é fazer ver à Reitoria, ao Conselho Universitário e às demais instâncias de poder, que os atingidos não aceitarão passivamente os fatos consumados, de viés unilateral e autocrático. Desde as revoluções inglesa, americana e francesa, o ideário iluminista reconhece o direito de resistência como uma forma de luta legítima à qual podem recorrer os cidadãos. É do interesse de todos que os interlocutores estejam dispostos a discutir os argumentos e reivindicações de parte a parte. Quanto ao Sintusp, penso que uma pauta mínima de negociação deve englobar necessariamente, entre outros pontos, pelo menos dois itens essenciais:

a) a pronta revogação da demissão do funcionário, sindicalista e representante, Claudionor Brandão;

b) a readmissão imediata do mencionado funcionário, que deve reassumir suas funções no gozo e no exercício da plenitude de seus direitos.

Aliás, diga-se de passagem, a proposta acima formulada é similar à contida na **Moção** aprovada pela **Congregação da FFLCH**, em sessão realizada em 19/12/2008, que, em síntese, afirma o seguinte:

“Em vista desse quadro, esta Congregação se coloca contra a demissão do referido funcionário e solicita sua readmissão para que seja retomado o diálogo entre as partes nos termos condizentes com uma prática democrática e de respeito para com as peculiaridades de cada seguimento da Universidade”.

Finalmente, quero reafirmar que as relações e a convivência entre os três segmentos da comunidade, bem como o encaminhamento de suas propostas e a solução de suas divergências, devem excluir medidas de exceção, retaliação e repressão. Nossa Universidade é uma unidade da diversidade onde interagem as forças da produção e do saber, cujo método de resolução de problemas deveria adotar como princípios norteadores a negociação transparente, o respeito recíproco e o mútuo entendimento.

Leonel Itaussu Almeida Mello
Professor Titular de Ciência
Política da USP. SP, 08/II/2009

MOÇÃO DE REPÚDIO

No dia 9/12/08, a reitoria da Universidade de São Paulo demitiu, alegando justa causa, o diretor do SINTUSP e representante eleito dos funcionários no Conselho Universitário, Claudionor Brandão. Essa medida faz parte de um processo de perseguição e punição a setores do movimento operário, estudantil e de movimentos sociais. Brandão fez parte, em diversos momentos, das lutas em defesa da universidade pública e da educação de qualidade e é por esse motivo que agora a reitoria da USP tenta colocá-lo na cada vez mais longa lista de demitidos políticos pelo país a fora.

Como delegado sindical e diretor do SINTUSP eleito em fóruns da categoria, Brandão sempre esteve à frente da defesa dos interesses do conjunto dos trabalhadores da universidade, se pautando em deliberações legitimamente tomadas pelos trabalhadores em suas assembleias e instâncias de decisão.

Por tudo isso, O ANDES-Sindicato Nacional **REPUDIA A DEMISSÃO do diretor do SINTUSP Claudionor Brandão**. Trata-se de um ataque duríssimo à liberdade de organização sindical e política dos trabalhadores, estudantes e ao próprio SINTUSP.

Exige a REINCORPORAÇÃO IMEDIATA E INCONDICIONAL de Claudionor Brandão aos quadros da universidade e a retirada de todos os processos administrativos e sindicâncias aos estudantes, trabalhadores e professores que lutaram em defesa da universidade.

Brasília, 17 de dezembro de 2008
Diretoria do ANDES-SN

Saudações e agradecimentos aos trabalhadores de Zanon

A burguesia e seus governos, os reformistas e pacifistas e os burocratas sindicais do mundo todo, estão empregando todos os seus meios e recursos numa cruzada ideológica, que busca convencer os trabalhadores de que frente à gravidade da crise do capitalismo, “é melhor aceitar a perda de uma parte dos postos de trabalho para salvar a empresa e evitar a perda de todos os postos; que é melhor aceitar uma redução nos salários para salvar a empresa e evitar a perda do salário inteiro”.

Por isso, os trabalhadores da USP e seu Sindicato (Sintusp), saúdam os heróicos operários de Zanon, que mantêm a fábrica produzindo sob controle operário a sete anos, e com essa luta exemplar deram à vanguarda do proletariado mundial, uma arma poderosa contra a escalada ideológica da burguesia quando demonstraram concretamente, que os trabalhadores podem e devem adotar uma saída independente e fazer com que os patrões paguem a crise, demonstraram que é possível os trabalhadores tomarem as fábricas em suas mãos, expulsar os patrões, abolir o lucro e colocar a produção a serviço da manutenção dos postos de trabalho existentes e da geração de novos, da manutenção dos trabalhadores e suas famílias. Que o proletariado mundial e sua vanguarda saiba se apropriar da experiência e dos métodos dos operários de Zanon.

Que o camarada Raul Godoy leve aos seus companheiros e seu sindicato classista essa nossa saudação e nosso agradecimento pela solidariedade internacionalista e pelo apoio à nossa luta pela reintegração do nosso camarada Brandão.

CARTA ABERTA AOS MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Nós, funcionários da Universidade de São Paulo, dirigimo-nos aos membros do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo para apresentar as seguintes reivindicações, deliberadas na última Assembléia Geral da categoria, realizada em 29 de janeiro de 2009:

1) Que o companheiro Claudionor Brandão, eleito pelos funcionários para o Conselho Universitário da USP como nosso legítimo representante, tome assento nesta e em todas as demais reuniões do Co enquanto dure o seu mandato.

É inadmissível que o mandato outorgado pela vontade dos funcionários e pelo voto direto para o Conselho que é o órgão máximo e soberano da Universidade, seja cassado arbitrariamente pela reitora.

Aproveitamos para informar que a Assembléia Geral dos Funcionários da USP aprovou como questão prioritária a readmissão do companheiro Brandão e, para tanto, todas as formas de luta necessárias serão aprovadas e efetivadas, inclusive a GREVE GERAL na USP.

2) Que o denominado “Sistema de Gestão de Pessoas por Competências” não seja aprovado pelo Conselho Universitário. Esse Sistema, encaminhado ao Conselho Universitário pela reitora sem nenhuma discussão com os funcionários, ignorando uma proposta de Estrutura de uma Nova Carreira para os trabalhadores amplamente discutida e aprovada em Seminário dos Funcionários e apresentada à reitoria e à Comissão Central de Recursos Humanos, não é um Plano de Carreira;

3) Os trabalhadores querem, sim, a discussão e a implementação de uma nova Carreira, a ser discutida e negociada com a reitoria. Portanto, reivindicamos a retirada deste “Sistema de Gestão” da discussão no Conselho Universitário.

Atenciosamente,

**Funcionários da
Universidade de São Paulo
Assembléia Geral dos
Funcionários da USP**

PRESENTE DE GREGO

Reitora presenteia Trabalhadores em comemoração aos 20 anos de Sintusp

Em 28 de Outubro de 1988 foi fundado o Sintusp, (Sindicato dos trabalhadores da Usp) em meio a uma luta forjada por todos aqueles que acreditavam que não dava mais para se submeter à política do governo, que achatava salários, que escravizava que não pagava a política salarial da época e nem os adicionais aos trabalhadores (as) que realizavam atividades específicas como HU e outras.

Foi graças à luta dos trabalhadores da USP, UNESP e UNICAMP que conquistamos a autonomia Universitária.

Graças a essa luta, as funcionárias (os) do Hospital Universitário conseguiram a redução da jornada para 36 horas semanais, pagamento de adicional de insalubridade, creche entre outras conquistas.

E em meio a tudo isso estava lá entre outros (as) valorosos (as) lutadores (as) o companheiro Brandão. Na fundação desse “Sindicatinho”, no tamanho, mais grande na luta, estava entre os primeiros dezoito diretores desse sindicato, o companheiro Brandão, esse peão, (técnico em ar condicionado). Sempre na luta acer-

tando, errando, mas sempre tentando, sem se vender e sem se render à burocracia universitária que se aproveita da autonomia conquistada pela luta dos trabalhadores em benefício próprio, e agora abusando de seus podres poderes, demitem esse diretor do Sindicato que também é nosso representante no Conselho Universitário acusando-o de haver invadido a biblioteca da FAU, na greve contra o veto em 2005 e ter discutido com o ex diretor daquela faculdade alegando que foi um ato de insubordinação.

Companheiros, isso é luta de classe, e no afã das batalhas os conflitos sempre vão acontecer. A diferença é que quando termina, nós, trabalhadores(as) voltamos aos nossos postos de trabalho. Porém com a burocracia não é bem assim: sente seu poder abalado, seu orgulho ferido e toma atitudes como essa na tentativa de acuar os trabalhadores em seu canto.

Se passar um boi passa toda a boia-

da: Não podemos deixar que a Reitora e sua burocracia destruam a organização sindical, conquistada até com sangue de trabalhadores, demitindo assim o companheiro Brandão, e nenhum diretor do sindicato e ou outro trabalhador que está nas lutas. A organização e mobilização dos trabalhadores é muito importante para acabar com esses desmandos da Reitora.

É importante que todos saibam que mesmo provada a inocência de Brandão em um dos processos administrativos referente à greve de 2004, a comissão processante mudou os termos da punição concretizando em suspensão de cinco dias. E ainda sobre o processo administrativo contra Brandão e Luis Cláudio que estavam defendendo os direitos trabalhistas dos funcionários da empresa terceirizada foi arrumado um argumento ridículo dizendo que o os dois estavam defendendo questões alheias aos trabalhadores da Universidade.” Cai a máscara da Reitora, o que ela e sua burocracia Universitária quer mesmo é colocar abaixo a organização dos trabalhadores”.

A perseguição política está explícita e nos 30 anos de luta na Universidade e 20 anos de fundação do Sintusp a Reitora presenteia Brandão com demissão por justa causa.

E vamos à luta com muita garra contra a opressão da Reitora, e pela readmissão imediata do companheiro Brandão.



APOIO DA ADUSP

Diretoria da Adusp-S.Sind. repudia dispensa, por “justa causa”, do funcionário Claudionor Brandão, diretor eleito e em exercício de mandato do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo – SINTUSP e representante dos funcionários no Conselho Universitário. Assim, esta Diretoria insta a Reitoria da USP a reconsiderar sua posição.

São Paulo, 11 de dezembro de 2008.

*Prof. Dr. Otaviano A. M. Helene
*Presidente da Adusp-S.Sind.**

*Para: Professora Doutora Suely Vilela – Reitora da USP
C/C: Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas – CRUESP e Lideranças dos Partidos Políticos na ALESP*

PRÁXIS

Pela readmissão imediata de Claudionor Brandão

A crise econômica começa a ser sentida de várias formas pelos trabalhadores no Brasil e no mundo. Só nos EUA 500 mil trabalhadores perderam os seus empregos, a previsão da ONU é mais 20 milhões demissões em 2009.

Diante da crise histórica do capitalismo, para manter suas margens de lucro, a burguesia e o seu Estado atacam sistematicamente os trabalhadores, suas organizações e seus representantes.

Mas estes já começam a dar sinais de que não vão aceitar passivamente as políticas anticrise da classe dominante, ou seja, várias formas de resistência estão sendo desenvolvidas em todo o planeta, tais como greves, ocupações, atos etc.

É dentro deste contexto de agudização da luta de classes que se insere a demissão de Claudionor Brandão, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP) e militante da Liga Estratégia Revolucionária (LER-QI).

O companheiro foi eleito em 2007 e tinha estabilidade sindical garantida por lei, assim a sua demissão foi perpetrada por “justa causa”, sob a grave acusação de “faltas graves”, como, por exemplo, dirigir piquetes e paralisações nas greves de 2005 e 2006.

Esta demissão no período de férias dos estudantes e receso dos trabalhadores é parte de uma estratégia mais ampla de ameaças, demissões e até execuções, como a dos três companheiros da C-Cura (Central sindical opositora ao governo de Hugo Chaves) que foram assassinados depois de encabeçar uma mobilização de resistência e enfrentamento com a patronal e a polícia.

Brandão foi demitido porque a reitoria da USP - aríete do governador José Serra do PSDB - precisa criar melhores condições para dar continuidade a outras ofensivas contra a universidade pública no Estado de São Paulo - pois, a ocupação da reitoria, com duração de 51 dias em 2007, colocou concretamente para os trabalhadores e estudantes desta que com luta é possível resistir - por isso o ataque às lideranças dos trabalhadores.

É importante atentar para o fato que esta demissão de uma liderança sindical e política é apenas a ponta do iceberg, ou seja, uma série de outros processos políticos está se avolumando e sendo preparados para efetivar o afastamento de suas bases de outras lideranças com o objetivo de dificultar a resistência dos trabalhadores.

Assim, o Práxis como parte da Corrente Internacional Socialismo ou Barbárie se solidariza integralmente com a campanha pela readmissão imediata de Claudionor Brandão, como uma das formas de resistir à ofensiva contra os ataques às lideranças combativas da nossa classe, e, também, para neste momento de crise sistêmica do capitalismo, a classe trabalhadora possa ir para além das lutas de resistência imediata e incorporar a luta contra o capitalismo e a construção do socialismo como bandeiras cotidianas.

APOIOS À READMISSÃO DO BRANDÃO

Eduardo Suplicy - Senador do PT (SP)
 Paulo Vanucchi - Ministro da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal
 Ivan Valente - Deputado Federal do PSOL
 Babá - ex-Deputado Federal pelo PSOL
 José Genoíno - Deputado Federal do PT
 Vicentinho, Deputado Federal do PT
 Eliseu Gabriel - vereador e presidente estadual do PSB-SP
 Jamil Murad - vereador do PC do B
 Hauser Luiz Palhão - Vice-Presidente do PT de Paraguaçu-MG
 Ana Amelia da Silva - Professora do Departamento de Sociologia da PUC-SP
 André Roberto Martin - Prof. FFLCH-USP
 Antônio Celso Ferreira - Ex-diretor do Campus de Assis Faculdade Filosofia e Ciências – UNESP
 Antonio Ozaí da Silva - Departamento de Ciências Sociais - Univ. Est. de Maringá
 Antonio Rago Filho - Professor Doutor PUC-SP - Fundação Santo André
 Áurea M. Guimarães - Profa. da Unicamp
 Baltazar Macaiba - Departamento de Sociologia e Antropologia / UFMA
 Caio Navarro de Toledo - Prof. Unicamp
 Carlos César Almendra - Professor Fundação Santo André
 Carlos Moreira Henriques Serrano - Professor da FFLCH-USP
 Cathérine Monbeig-Goguel - CNRS, Museu do Louvre
 Cláudia Mazzei Nogueira - Profa da UFSC
 Cristina Paniago - Professora UFAL
 Emir Sader – Prof. aposentado – USP
 Francis Henrik Aubert - Professor e ex-diretor da FFLCH-USP
 Francisco Alambert - Professor Dpto de História na USP
 Francisco Capuano Scalato - Professor FFLCH USP
 Frankling Leopoldo e Silva - Prof FFLCH USP
 Gilberto Lopes Teixeira- Professor Doutor Fundação Santo André
 Gilson Dantas - Médico e doutor em Sociologia UNB
 Gonzalo Adrián Rojas CH - UFCG - Doutor Ciência Política USP
 Solidariedade Incondicional
 Hamilton Octavio de Souza - Jornalista e Professor da PUC-SP
 Hector Benoit -Dep. de Filosofia – Unicamp
 Hélio Ázara de Oliveira Doutorando - Unicamp
 Hélio Rios - Diretor (a) / Professor SINPRO ABC (Sindicato dos Professores) / Universidade Metodista de São Paulo
 Henrique Carneiro - Professor (a) USP - Dpto de História – FFLCH
 Ivan Cotrim - Fundação Santo André
 Ivan Esperança R. - Vice-diretor do Campus de Assis Faculdade Filosofia e Ciências – UNESP
 Ivan Rodrigues Martin - Professor (a) PUC – APROPUC
 Ivana Jinkings - Editora Boitempo
 Editorial e Revista Margem Esquerda
 João Bernardo - Escritor e Professor
 João da Costa Chaves - Presidente Adunesp
 João Jorge Vieira Carvalhedo - ex-prof da UnB
 Marilena Chauí - profa. da FFLCH-USP
 John Dawsey - Professor FFLCH USP
 José Alfonso Klein - Prof. Fundação Santo André
 Kabengele Mulanga - Prof. FFLCH - USP
 Lea Francesconi - professora da FFLCH-USP
 Leonel I. Almeida Mello - prof. FFLCH-USP
 Lívia Cristina de Aguiar Cotrim - Profa. Dra. Centro Universitário Fundação Santo André

Lúcia Rodrigues - Jornalista / Prof. Univ. Ex diretora do DCE Livre da USP
 Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida - Professor (a) PUC - SP - Dpto de política
 Luiz Renato Martins – ECA USP
 Magno Vila Castro Júnior - Cientista Social / Prof. da Universidade Estadual do Piauí
 Márcio Bilharinho Naves - prof. Unicamp
 Márcio Sérgio Vasconcelos - Diretor do Camous de Assis Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP
 Maria Beatriz Costa Abramides - Profa./ Diretora Serviço Social - PUC – Apropuc
 Maria Cecília Manzoli Turatti - Antropóloga e Professora Universitária
 Maria das Graças de Souza - Profa. FFLCH USP
 Maria Orlanda Pinassi - Professora UNESP Araraquara
 Mariângela Fujita - Diretora do Campus de Marília FF e Ciências – UNESP
 Marlí Vizin - Professora Fundação Santo André e Faculdade de Diadema
 Me. Odair de Sá Garcia - Prof. Efetivo da Fundação Santo Abdré desde 1987
 Nair Casagrande - Professor (a) USP - Faculdade de Educação
 Neusa Maria Dal Ri - Profa UNESP Marília
 Osvaldo Coggiola - professor da FFLCH-USP
 Otília Beatriz Fiori Arantes - professora da FFLCH-USP
 Paula Regina Pereira Marcelino - Socióloga UFBA
 Paulo Jonas de Lima Piva - Professor universitário da iniciativa privada e ex-aluno da USP
 Paulo Eduardo Arantes - Professor Aposentado da FFLCH USP
 Pedro Fassoni Arruda - Professor (a) PUC - SP - Dpto de Política
 Ramon Casas Vilarino - Professor História/Sociologia Faculdade Sumaré
 Régis Michel (prof.-visitante ECA-USP, Museu do Louvre)
 Renata Gonçalves - Professor (a) Universidade Estadual de Londrina
 Renato da Silva Queiroz - prof. da FFLCH-USP
 Ricardo Antunes - Professor (a) Unicamp
 Ricardo Musse - Professor (a) USP
 Rodrigo Ricupero - Dr em História pela USP
 Roberto Bitencourt da Silva - Professor do Ise/Uezo/Faetec - RJ e diretor da Associação dos Profissionais de Educação da Faetec
 Ruy Braga - Prof. da USP - Ciências Sociais
 Sonia Meire Azevedo de Jesus - Professora da Universidade Federal de Sergipe - Departamento de Educação

Virgínia Fontes - Historiadora - EPSJV/ FIOCRUZ e UFF
 Wagner Costa Ribeiro - Professor FFLCH USP
 Wilson Nascimento - Professor FFLCH USP
 Zilda Márcia Gricoli Iokoi - Professora FFLCH
 Fábio Konder Comparato - Professor e jurista FS USP
 Henrique Júdice - Advogado e pesquisador do IPEA
 Jorge Luiz Souto Maior - Juiz do Trabalho e Professor da FD USP
 Vanderley Caixe – Advogado Ribeirão Preto
 Yvan Gomes Miguel - advogado criminalista e coordenador do Núcleo dos Advogados do Povo de São Paulo
 ADMAP
 ADUFEPE
 ADUFF / RJ
 ADUNESP
 ADUNICAMP
 ADUNIFOR / CE
 ADUR / RJ
 ADUSP
 AL / SE Alagoas - Sergipe
 Grupo Além do Mito - Estudar para Lutar, Lutar para Estudar - Maceió
 ANDES
 APEFAETEC / RJ
 APG São Paulo
 ASFUNPAPA
 ASSAN
 ASSAN - SJC
 Assentamento Carlos Lamarca / RJ
 ASSETANS
 Associação dos Trabalhadores Aposentados Pensionistas e Anistiados da Petrobras e Petros
 Associação Funcionários Metalúrgicos SJC
 CONLUTAS
 DCE UFAL
 DCE USP
 Espaço Socialista
 Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Gráfica
 Federação Sindical e Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas - MME Minas Gerais
 FINASEFE / DN
 Fórum das Seis
 GLBTT CONLUTAS
 Grupo Pão & Rosas
 LER-QI - Liga Estratégia Revolucionária - Quarta Internacional
 Minoria / CPERS
 Minoria AFBNB
 Minoria do SEP / RJ
 Minoria Sindicato dos Advogados / SP
 Minoria Sindicato dos Químicos Osasco
 Minoria SINDPETRO / RJ



“Dedicado de corpo e alma à construção de uma sociedade justa, Brandão representa a ousadia e a coragem do movimento em defesa das universidades públicas paulistas. A sua covarde punição é um ataque frontal a toda a comunidade universitária. Estamos obrigados, política e moralmente, a levar a sua defesa – a nossa defesa – às últimas conseqüências”

*Plínio de Arruda Sampaio Jr.
 Professor do Instituto de Economia da UNICAMP*

APOIOS À READMISSÃO DO BRANDÃO

Minoria SINDSPREV / SP
 Minoria SINSPREV / RJ
 MNN - Movimento Negação da Negação
 MOVIMENTO A PELNOS PULMÕES
 Movimento de Mães sem Creche / SP
 MPRA
 MTL - DI
 MTST
 MUST
 NAP-SP - Núcleo dos Advogados do Povo de São Paulo
 Oposição APEOESP
 Oposição Bancária / BH
 Oposição Bancária / RJ
 Oposição Bancária / SP
 Oposição Correios / DF
 Oposição Correios / SP
 Oposição Metalúrgica Pindamonhangaba
 Oposição Metalúrgica ABC
 Oposição Metalúrgica BH / Contagem
 Oposição Metalúrgica Campinas
 Oposição Metalúrgica Taubaté
 Oposição Metroviária / BH
 Oposição Metroviária / RJ
 Oposição Metroviária / SP
 Oposição Municipários / Guarulhos
 Oposição Professores / DF
 Oposição SINDUTE / CE
 Oposição SINDUTE / MG
 Oposição SINPEEM / SP
 Oposição SINTRAEMG
 Oposição SISEJUFE /RJ
 Oposição SITESEMG
 PCO - Partido da Causa Operária
 PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
 SIMPERE - Recife
 SIMPRO - Guarulhos
 SINASEF / Campos
 SINASEF / SP
 SINASEF /SC
 SINDBEL
 SINDCAIXA / RS
 SINDTESS
 SINDEESS / BH
 SINDEESS / Divinópolis
 SINDGUARDAS
 Sindicato dos Bancários / RN
 Sindicato dos Comerciantes de Nova Iguaçu
 Sindicato dos Comerciantes de Passo Fundo
 Sindicato dos Comerciantes de Santa Cruz
 Sindicato dos Metalúrgicos de Itaúna
 Sindicato dos Metalúrgicos de Itujubá / Paraisópolis
 Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos
 Sindicato dos Químicos de Goiás
 Sindicato dos Químicos SJC
 Sindicato dos Rodoviários do Amapá
 Sindicato dos Serv. Municipais de Três Pontas
 Sindicato dos Trabalhadores da Confecção Feminina /CE
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil - Belém
 Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil - Fortaleza
 Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação - SJC
 Sindicato dos Vigilantes de Passo Fundo
 Sindicato Metabase Inconfidentes
 SINDJUFE / MT
 SINDJUS / AL
 SINDPETRO
 SINDRED / BH
 SindSaúde / RN
 SINDSCOPE / RJ
 SINDSEF / RN
 SINDSEF / SP
 SINDSERM - BAURU
 SINDSERV - Santo André
 SINERGIA / FPOLIS / SC
 SINTAPP / MG
 SINTE / SC
 SINTECT / PE
 SINTRAJUD / SP
 SINTSEP / PA
 SINTUFF / RJ
 SINTUFSC
 SINTUNESP
 SISMMAR

STIG / MG
 STIUERG / GO
 STU
 Júlio Turra, membro da Executiva Nacional da CUT
 Adelino Ribeiro Chaves - presidente da ASTAPE/RJ
 Alexandre Linares - Militante do PT
 Alfredo dos Santos (Vida Longa) - Coord. do Instituto de Estudos Políticos Mário Alves (SP) e Coord. MLST
 Anderson Mangolin - PSOL ABC
 Aparecido Araujo Lima, diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Editoras de Livros de São Paulo
 Ciro Moraes - Alternativa / Conlutas oposição metroviária - CST Nacional São Paulo
 Daniel José Barbosa - oposição petroleiros Duque de Caxias /RJ
 Éder Fernando dos Santos sou professor da Rede Estadual de Ensino do Paraná e militante do Espaço Marx em Curitiba
 Elias José Alfredo - diretor Metroviários-RJ
 Fábio Ribeiro - Sindicato dos Metalúrgicos ABC
 Fernanda S. R. De Castro - diretora SEPE/RJ
 Genobre Gomes Lima - oposição petroleiros Duque Caxias/RJ
 Gileno Barreto de Melo - oposição petroleiros Duque Caxias/RJ
 Gilmar Manguieira - Fammesp - federação das Associações de Mutuários e Associações de Moradores do Estado de São Paulo
 Gunther Sacic - oposição petroleiros Duque de Caxias /RJ
 Ivan Seixas - diretor do Fórum dos Expresos e Perseguidos Políticos – SP
 João Carlos A. Santos (Negão) - ASTAPE/FENASPE
 Jorge Luiz de Oliveira - Sindicalista Porto Alegre
 Laércio Pereira - Oposição Bancária de São Paulo, Osasco e região / CONLUTAS
 Leandro Lanfredi de Andrade - Oposição Petroleiros Duque de Caxias /RJ
 Liliane Fabrin - Diretor (a) Sindserv - Sindicato dos Servidores Públicos de Santo André
 Maicon Michel V. da Silva - Sindicato dos Metalúrgicos ABC
 Marcelo Buzeto - MST
 Marzeni Pereira da Silva - Membro da Oposição Alternativa de Luta - Sintaema e do Psol-SP.
 Mauro lasi - PCB
 Melão Monteiro - Oposição Metúrgicos ABC
 Osval Souza Santos - diretor do SINPRO/SP/CONTEE
 Pedro Santinho - coordenador geral do Conselho da Fábrica Ocupada Flaskô
 Raimundo Nonato Uchôa Araújo - Membro da Federação Nacional dos Sociólogs / Membro do Conselho Fiscal da Fasubra / Trabalhador técnico administrativo da UFPI
 Ricardo Gebrim – Consulta Popular
 Ronaldo Tedesco Vilaro - oposição petroleiros Duque de Caxias/RJ
 Serge Goulart - Esquerda Marxista
 Sergio Marçal - Diretor (a) Sindserv - Sindicato dos Serv. Públicos de Santo André
 Taveira - Diretor (a) Sindserv - Sindicato dos Servidores Públicos de Santo André
 Val Lisboa - LER-QI
 Vinicius Gonzaga - PSOL-VALINHOS / Movimento Carlos Marighella
 Wladimir Mutt – FENASPE
 CA HIS - USP
 CAASO - USP
 CABIO - USP
 CACH / UNICAMP
 CACL - USP
 CAELL - USP
 CAER - USP
 CAF - USP
 CAFB - USP
 CAFCF - USP
 CAFO - USP

CAFONO - USP
 CAII - USP
 CALECALESS / UFSC
 CANAL - USP
 CANS - USP
 CAOB - USP
 CAPPF - USP
 CARB - USP
 CAUC - USP
 CAUS - USP
 CEFISIO - USP
 CEFISMA - USP
 CEGE - USP
 Centro Acadêmico Benevides Paixão - PUC SP
 CEPE - USP
 CEUPS - USP
 DCE / Unesp, Fatec
 DCE UFG
 DCE UFMG
 DCE UFRJ
 DCE UFSC
 Eli Magalhães, estudante de Direito, Universidade Federal de Alagoas, Secretário Geral do Diretório Central Quilombo dos Palmares
 ENIMA - USPG
 FAU - USP
 Grêmio CEFET MG
 João Eduardo - Estudante Fundação Santo André
 Jordana Monteiro - Conlute / Conlutas
 Luiz Fernando de A. Silva - Diretor Diretório Acadêmico Honestino Guimarães - FSA
 Luiza Santos - CASS/UFRJ
 SAAERO - USPSACEX - USP
 Serginaldo Klayton Lima Costa - Estudante (Filosofia) UFMA - Construindo a CONLUTE/CONLUTAS
 Thaís Menezes - Diretora Diretório Acadêmico Honestino Guimarães – FSAXXI de Outubro - USP
 Aline de Vasconcelos - Estudante Fundação Santo André
 Alisson Bittencourt Bueno de Camargo - FFLCH – USP
 Ana Flávia de Lima - Estudante Fundação Santo André
 André Vianna da Cunha Pereira
 Barbara Bolzani - Estudante (CS) Unicamp
 Bruno Monteforte - Estudante Fundação Santo André
 Carmen L. Ortiz Agostinho – FMUSP
 Claudete Pagotto - Doutoranda em Sociologia Unicamp – IFCH
 Daniella Avelaneda Origuela - Mestrado letras - Estudos Linguísticos e Literários em inglês
 Danilo Enrico Martusceli – Unicamp
 Eduardo Galvão Lermic - Estudante Fundação Santo André
 Egler F. V. Paulino - Est.Fundação Santo André
 Erika Kulesza de Souza - Cientista Social FFLCH – USP
 Erinaldo B. do Carmo - Estudante Fundação Santo André
 Fabiano P. Almeida
 Fábio de Cunha Brito - Estudante Fundação Santo André
 Fábio Fontoura Magalhães - Estudante Fundação Santo André
 Fabio Moura Duarte - estudante e funcionário da USP
 Felipe R. C. Silva - Estudante Fundação Santo André
 Fernanda Belarmina de Oliveira - Estudante Serviço Social PUC-Rio
 Fernanda Pimentel Estudante Fundação Santo André
 Flávio dos Santos Ramos de Oliveira
 Gustavo José de Toledo Pedroso
 Gustavo M. Rodrigues - Estudante Fundação Santo André
 Heitor Corrêa Vera - Estudante Fundação Santo André
 Henrique Assis - Estudante Fundação Santo André
 Jair Pinheiro – UNESP- Marília

Jeferson da Costa Soares - Estudante Fundação Santo André
 João Paulo A. Craveiro - Estudante Fundação Santo André
 José Duque - Estudante Fundação Santo André
 Julia Maria de Siqueira
 Juliana Guanais - Estudante IFCH Unicamp
 Juliana Nunes - Estudante Fundação Santo André
 Juliano Carlos Bilda - História – UNIFESP
 Karen Carvalho - Estudante Fundação Santo André
 Larissa Alves Pereira - Estudante Fundação Santo André
 Leandro M. Vieira - Estudante Fundação Santo André
 Leonardo Nunes Zerbone - Universidade de São Paulo e Universidade de Barcelona
 Luis Henrique da Cunha Minato - História USP / Direito PUC - SP
 Maira Luisa G. de Abreu - estudante- FCH- Unicamp
 Marília Gonçalves Freire
 Márcia Regina Daaceno - Estudante Fundação Santo André
 Marcílio Rodrigues Lucas - Minas Gerais
 Marcos Vinicius Maia - Estudante - Ciências Sociais - PUC SP
 Mariana Sucupira, estudante de Ciências Sociais – USP
 Michel Fernandes Prieto - Estudante de alemão da Universidade de Potsdam (Alemanha)
 Newton Marques Peron, estudande de pós-graduação do IFCH / UNICAMP
 Nilson de J. Nascimento - Estudante Fundação Santo André
 Nuria Pérez Bertachini
 Priscila de Freitas - Estudante Fundação Santo André
 Regina CC Braga - Estudante Fundação Santo André
 Rodrigo Chagas - Estudante Fundação Santo André
 Rodrigo Monteiro - Estudante Fundação Santo André
 Roger Filipe Silva Estudante Fundação Santo André
 Sandra Pires de Toledo Pedroso
 Tiago Machado de Jesus - Doutorando, História Social FFLCH-USP, membro do grupo DESFORMAS
 Thyago Marão Villela - IFCH/UNICAMP
 Valdenira Aparecida Lameiras - Assistente Social
 Valéria de S. Fernandes - Estudante Fundação Santo André
 Virginia C. Gatti - Estudante Fundação Santo André
 Wernestty Aparecido Tasse - UNESP
 Alexandre Santos Domene - Membro do CO de Marília ASUNESP
 Antonio Carlos Homem - membro do CO de Jaticabal SINTUNESP
 Antonio Francisco Magrioni - membro do CADE e do CEPE FAAC Bauru – UNESP
 Antônio Luis de Andrade - membro do CADE UNESP Presidente Prudente
 Evandro R. Nogueira - membro do CO UNESP Rio Claro
 Felipe Luiz - Diretor - Diretório Central dos Estudantes “Helenira de Rezende” - UNESP Marília
 João Carlos - SINTUNESP - Rio Preto
 José Figueiredo - membro do CO de Bauru SINTUNESP - Fac. de Engenharia
 Luiz Carlos de Freitas Melo - membro do CO de Botucatu SINTUNESP
 Maria José Manoel - membro do CEPE UNESP Assis
 Maria Valéria Barbosa - membro do CO UNESP Marília
 Rafael Del’Omo Filho - representante discente do CO / Servidor Público UNESP Marília
 Reinaldo C. Dutra Membro do CO de Bauru SINTUNESP

Sebastião G. Carvalho - membro do Conselho Universitário UNESP Rio Claro
 Sueli G. L. Mendonça - membro do CEPE UNESP Marília
 Vitor Moraes Ribeiro - membro do CEPE UNESP Ourinhos Antônio Luís de Andrade - membro do CADE UNESP Presidente Prudente
 Wagner Alexandre - membro do CADE SINTUNESP - Faculdade de Odontologia – Araçatuba
 Andre Luis Gonçalves Pereira - professor de espanhol
 Ana Edna Oliveira da Silva
 Antonio Augusto – Jornalista RJ
 Bruno Terribus - funcionário da Petrobrás e estudante de jornalismo da Unesp
 Daniel Rodrigues
 David Rehem - Funcionário Público Municipal de Salvador Barachel em História UFBA
 Débora Lopes (servidora da UERJ)
 Fabiano Santos
 Giuliano Tonasso Galli
 Jacqueline Santana
 José Paulo Pires Perestelo - Servidor Público Federal / Sociólogo INCRALandim, professor da rede estadual de educação em Teresina, Piauí
 Ladjane Alves Souza - Funcionária Pública do Município de Salvador-Ba/ Pedagogoga
 Lirce Lamounier
 Marcella Fernandes Camillo
 Marcos Roberto Pereira
 Maria Zélia Pinheiro Fernandes
 Marius Romero Silva Góes
 Mauro Sérgio Vianello Pinto
 Ricardo C. Festi - Professor (a) Centro Paula Souza / Mestrando em Sociologia Unicamp
 Rita Miranda - Professora Rede estadual de São Paulo
 Tiago Machado de Jesus - Doutorando, História Social FFLCH-USP, membro do grupo DESFORMAS
 Tadeu Silva
 Willian Jorge Gerab
 Mirta Groppi
 Núcleo Santa Cecília do PSOL
 Carla Filipini de Lima - Integrante do Diretório Acadêmico XXI de Setembro
 Gestão “Imago” 2008/2009
 Solidariedade internacional Norbert Kuske Pommernweg 1 23813 Wahnstedt BRD
 Resistência e Ação - Movimento de Oposição/SINTUSP - Socialismo e Liberdade no Campo e na Cidade!
 Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
 Valéria Amadio Beneton – Central Sindical Chico Bezerra – NCST-SP
 Carlos Giannazi – Deputado Estadual - SP
 Carlos Fanjul – Prof.DLM da FFLCH/USP
 Daniel Puglia – Prof. DLM da FFLCH/USP
 Hélder Garmes – Prof. DLM da FFLCH/USP
 AÇÃO DIRETA ESTUDANTIL
 Domingo Lara – Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile
 Eli Magalhães – Sec. Geral do Dir. Central Quilombo dos Palmares
 Bárbara Brito – Cons. Faculdade de Filosofia y Humanidades de la Universidad de Chile
 Carlos Bauer - professor
 Plínio de Arruda Sampaio Junior – Economista e Professor de Economia da Unicamp
 Emil Asturig Von München – Escola de Agitadores e Instrutores “Universidade Comunista Revolucionária Jakob M. Sverdlow”, Munique, Alemanha, Professor da Universidade do Povo de Munique (Münchner Volkshochschule), Área Política, Sociedade e Humanidade (Politik, Gesellschaft und Mensch); Membro da Ordem de Advogados da Alemanha e da União das Ordens de Advogados da União Européia

ALERTA AOS ESTUDANTES

OS NOVOS ATAQUES DO SERRA CONTRA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

Com a conivência dos reitores das Universidades Estaduais Paulistas, USP, UNESP e UNICAMP, a reitoria esta preparando a implementação do ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA. Esta forma de ensino criará centenas de milhares de diplomas a partir de um Curso Virtual, com a marca USP, etiqueta esta valorizada no mundo do mercado de trabalho, que concorrerão com aqueles que após o absurdo e deplorável funil do vestibular, fazem o Curso Presencial nas universidades públicas do Estado de São Paulo.

O GOVERNADOR SERRA REEDITA PARTE DO SEU DECRETO DE INTERVENÇÃO.

Derrotado em 2007, por um dos mais vigorosos movimentos dos Funcionários e Estudantes, com 51 dias de GREVE ocupação da Reitoria da USP, cujo exemplo se espalhou por todo o país, em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, além de ocupações na UNESP e UNICAMP, que obrigou Serra a recuar e promulgar o “Decreto Declaratório”, que na prática revogava as principais medidas de intervenção, agora passa a contra atacar com medidas intervencionistas e extremamente danosas para as universidades públicas do estado de São Paulo, como a nova Lei sobre as Pesquisas.

Através desta Lei, é oficializada a privatização das pesquisas, através das



Ulisses de Paula

Fundações e submetidas aos interesses das empresas, os docentes poderão se afastar das salas de aulas, recebendo incentivos para se dedicar a pesquisas privadas, colocando a universidade pública mais do que nunca a serviço do Capital.

A qualidade de ensino, com certeza, será reduzida, pois os grandes intelectuais da USP, jamais irão se dedicar às salas de aulas e sim direcionaram todas as suas atividades para pesquisas compradas pelo capital. A previsão orçamentária de determinadas unidades sofreram um grande golpe e com certeza as unidades que hoje sofrem com o descaso da reitoria, com a falta de professores e condições didáticas pedagógicas, terão os seus problemas agravados e quem sofrerá com isto serão os estudantes.

O Movimento Estudantil sem dúvida, reagirá junto com os trabalhadores, o que teremos que discutir já na recepção aos Calouros de 2009.

Bem-vindos aos estudantes que adentraram o “maravilhoso mundo da USP” enganosamente. Aqui terão a oportunidade de conhecer todas as mazelas desta universidade, todas as maravilhas e conscientemente transformar a universidade, para que ela continue sendo gratuita, de qualidade, pública e voltada para os interesses do povo, principalmente do povo pobre.

Sejam Bem-vindos.



ESPAÇO DOS APOSENTADOS

E tome exclusão...

Os aposentados (as) da USP, no ano de 2008, sentiram no bolso (que já anda vazio há muito tempo) sua exclusão do prêmio excelência acadêmica da Universidade de São Paulo, aprovado pelo Conselho Universitário e publicado pela resolução USP-5.483 de 5 de novembro de 2008, cuja primeira parcela já foi paga em dezembro e a segunda está prometida para o primeiro semestre de 2009. Vale ressaltar que cada parcela equivale a R\$ 500,00 (quinhentos Reais).

Tal atitude, que deixou os aposentados VENDO A BANDA PASSAR, provocou entre os mesmos uma grande indignação, porque não é a primeira vez que isto acontece, quando foi instituído o auxílio alimentação na USP, esqueceram-se de que os aposentados também comem. Foi pedida a extensão desse benefício para os aposentados através de reuniões, ofícios e na Pauta Específica da categoria, mas a Reitoria desde 2004 continua empurrando o assunto com a barriga.

Tais servidores, que na ATIVA deram os melhores dias, meses e anos de sua vida na construção desta UNIVERSIDADE, hoje são desrespeitados e deixados de lado pela mesma. Na prática, tal atitude é um meio de diferenciar a remuneração de ativos e aposentados, quer pela CARREIRA, quer por meio de POLÍTICAS aparentemente justas, mas que na realidade criarão, ao longo dos anos, uma grande disparidade salarial.

Temos uma LUTA a fazer: Vamos nos UNIR e reverter tais quadros. ESTAMOS APOSENTADOS E NÃO INATIVOS,

CADÊ O VALE ALIMENTAÇÃO?

SAÚDE

A GRANDE MENTIRA DA GESTÃO SUELY UM DESASTRE PARA OS TRABALHADORES

Na primeira reunião da gestão da Profa. Suely Vilela com a direção do SINTUSP, a reitora afirmou: “A Questão Saúde será uma das prioridades da nova Administração”.

Hoje, no último ano de gestão da reitora (em outubro será escolhido o novo reitor), podemos constatar que O ATENDIMENTO MÉDICO e ODONTOLÓGICO NUNCA ESTEVE PIOR para os funcionários da USP. Se era muito ruim, quando esta tomou posse, hoje é péssimo e caótico.

Poderíamos tomar páginas deste Jornal descrevendo fatos lamentáveis relatados pelos trabalhadores, que procuraram o Sintusp diariamente clamando pela necessidade de mudar esta situação e que já têm cobrado imensamente a reitoria e o Superintendente do Hospital Universitário, que nada fazem.

Na Campanha Salarial de 2008, em uma grande Assembléia durante uma Paralisação na qual se discutia a “Saúde na USP”, um companheiro da Química nos relatou que, após o médico do Hospital Universitário pedir exames urgentes ao servidor em razão da suspeita de câncer de próstata, esses exames foram marcados para sessenta dias após a consulta médica, o que levou o funcionário a procurar médico e hospital particular, onde realizou uma cirurgia e extraiu um tumor maligno. A sorte foi que o companheiro não esperou a má vontade da USP e do HU, pois caso contrário, ele não estaria ali para nos relatar este fato lamentável.

Não vamos ficar aqui relatando casos mais ou menos graves que esse, levados diariamente ao sindicato e que nos envergonham, pois afinal estamos diante de um Hospital Escola da maior Universidade Pública brasileira, que mudou para pior na gestão da Profa. Suely Vilela.



Uma das questões mais graves é a tentativa de marcar consultas no HU através de telefone, pois os funcionários daquele hospital não podem agendar consultas diretamente com o paciente após este passar pelo médico, seja na emergência, ambulatório de especialidades, UBAS ou SESMT. Necessitar marcar uma cirurgia é outro transtorno na vida dos funcionários da USP. Muitas vezes, quando atende o telefone, a funcionária do HU diz entender o problema do paciente, porém não poderá marcar consulta, pois não há disponibilidade de agenda, sendo necessário telefonar novamente dali a quinze dias ou um mês.

Para os que conseguem ser atendidos por telefone, as consultas são marcadas após dois, três ou quatro meses.

No primeiro semestre de 2008, em negociação entre SINTUSP e Reitoria, quando se discutiu a Questão da Saúde, o Prof. Ramirez anunciou que o SISUSP havia sido transformado em Departamento de Saúde, do qual tornou-se diretor, e que seria implantado um Projeto de Saúde para os trabalhadores, com atendimento médico e odontológico de alta qualidade, tanto na UBAS, como no Hospital Universitário e, que estava previsto a ampliação do quadro médico e funcionários, bem como a

aquisição de equipamentos, etc.

Nessa reunião, o Prof. Ramirez, concordou com todas as críticas e denúncias feitas pelo Sindicato e, declarou que ele próprio era testemunha do caos instalado e que também era procurado, principalmente por docentes que solicitavam um “jeito” para serem atendidos, o que para ele era constrangedor.

Quanto ao atendimento odontológico, foi anunciado que já estava em funcionamento, bastando que os funcionários se dirigissem ao ambulatório odontológico da COSEAS para uma triagem e posterior encaminhamento à Faculdade de Odontologia, onde todo o tratamento, incluindo próteses e outros tipos de procedimentos, seria gratuito.

Quinze dias após essa reunião de negociação, conforme solicitação do SINTUSP, o sindicato recebeu um documento do Departamento de Saúde com 40 páginas, sobre o que “deveria” ser o atendimento de saúde aos funcionários, pois cada dia que passava a situação piorava.

Em uma nova reunião entre o Prof. Ramirez e Representantes do Sintusp, menos de um mês da primeira reunião, este declarou que não haveria dinheiro para implantar o Projeto e que uma outra proposta seria apresentada. Era de um Plano de Saúde privado para todos o que

aceitasse, com três tipos de convênio a escolher pelo segurado, custando 50% menos que o valor de mercado, por envolver milhares de docentes e funcionários, sendo que uma parte seria pago pela USP e a outra pelos trabalhadores.

O Sintusp, conforme deliberações de Congressos, Seminários e Assembléias, tem posição contrária a Plano de Saúde Privado.

Quanto ao atendimento odontológico, as promessas não passaram de uma farsa, pois os funcionários que procuraram o serviço do ambulatório da COSEAS e fizeram a triagem nunca foram chamados, mesmo tendo retornado à COSEAS e cobrado esse atendimento.

Os fatos críticos, quando cobrados pelo sindicato diretamente ao Departamento de Saúde e ao Hospital Universitário, são resolvidos, porém todos os trabalhadores têm direito a saúde, sem ter a necessidade, de recorrer ao seu Sindicato e passar por situações humilhantes na hora da doença.

Além da conclusão a que a esmagadora maioria dos trabalhadores da USP chegou, de que na atual gestão a questão saúde piorou e muito, é necessário que os funcionários compreendam que somente uma grande luta mudará radicalmente esta situação desastrosa em que se encon-

tra o atendimento médico e odontológico na Universidade.

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E A EXCELÊNCIA ACADÊMICA, QUE NÃO EXISTE NO ATENDIMENTO AOS FUNCIONÁRIOS.

A reitora comemorando os 75 anos da USP tem elaborado discursos e propaganda sobre a “excelência acadêmica”. Mandou parabéns aos funcionários, dizendo que os mesmos “fazem da USP uma das mais importantes instituições de ensino superior do Brasil e do mundo”, mas não faz investimentos no Hospital Universitário para que a população e a comunidade uspiense sejam bem atendidas.

É uma vergonha: Saber que o diretor da Escola Politécnica pagou mais de R\$ 50 mil reais em horas extras, num mês, para quatro senhoras;

Um outro diretor comprar três tapetes que totalizaram o valor de R\$ 56 mil reais;

A Prefeitura mandar asfaltar em cima do asfalto, arrancar e trocar toda a terra, grama e flores das três maiores rotatórias da cidade universitária;

E o Hospital Universitário ter um aparelho de Raio X da época da sua fundação, não ter tomógrafo e aparelho de ressonância magnética e outros equipamentos médicos, necessários para ajudar no diagnóstico e tratamento, não contratar médicos e funcionários;

E o Centro de Saúde Escola Butantã continuar dando atendimento de excelência à população num prédio corroído pelo tempo, sem espaço devido, e a Faculdade de Medicina ainda não ter iniciado a reforma, apesar de a reitora haver se comprometido em negociação com o sindicato e estudantes, durante a ocupação da reitoria em 2007, que encaminharia providências para a reforma daquele prédio.

SOCIALISMO OU BARBÁRIE?

RETOMAR AS TAREFAS DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

Os principais analistas burgueses afirmam que a crise capitalista atual é de magnitude e profundidade semelhante à crise de 1929, que se estendeu ao longo dos anos trinta do século passado.

Por sua magnitude e profundidade, a saída para aquela crise foi definida no enfrentamento aberto entre as forças da revolução e da contra revolução. A ascensão do fascismo e do nazismo na Itália e Alemanha respectivamente e a derrota do proletariado revolucionário frente ao general fascista Franco, definiram a vitória da contra revolução e permitiram que a burguesia internacional conduzisse a humanidade à segunda guerra, uma carnificina que custou quase cem milhões de vidas Humanas, mas que propiciou a destruição de capitais e forças produtivas da qual a burguesia necessitava para sair da crise e dar início a um novo ciclo de expansão da economia.

Os trabalhadores e sua vanguarda não podem ter ilusões; a burguesia não tem e nem buscará saídas menos reacionárias para sua crise atual, do que as utilizadas frente a grande depressão dos anos trinta, do século passado.

Isso, é preciso dizer com

todas as letras, aos trabalhadores e vanguarda, que no próximo período devemos nos preparar para duros combates entre a revolução e a contra revolução. Que ao fim dessa crise, se os trabalhadores não tiverem derrotado as forças reacionárias da bur-

guesia e se apropriarem do poder, eles terão sido esmagados pela reação burguesa. Que todos os discursos pacifistas, em torno de pactos sociais, soluções negociadas e tentativas de conciliação entre diferentes classes sociais arrastadas pela crise e

cujas necessidades e interesses se opõem pelo vértice, não passam de balelas, que servem apenas para iludir e desarmar os trabalhadores.

É preciso dizer com todas as letras, aos trabalhadores e a vanguarda, que momentos decisivos da luta de classes estão se aproximando. Que a vitória da Revolução Socialista, a tomada do poder pela Classe operaria e a expropriação, por ela, dos meios de produção e a planificação da economia, é a única saída progressiva que resta à humanidade frente a crise. A outra alternativa é o fascismo, as guerras, a barbárie e muito; muito mais miséria.

Em poucas palavras: A disjuntiva “ Socialismo ou Barbárie” esta mais vigente hoje do que a cem anos atrás. Assim compreender quais sejam e incorporar as tarefas da revolução socialista na nossa atuação cotidiana, até mesmo pelas reivindicações mais simples e imediatas dos trabalhadores, ligando a luta por essas reivindicações ao programa e á estratégia da revolução é desafio de todos os que se reivindicam revolucionários no próximo período.

Brandão, diretor do Sintusp e dirigente da LER-QI.



Jornal da USP

CADÊ A AUTONOMIA DA USP?

A COVARDIA DA REITORIA COM OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

A USP goza de autonomia? Não mais, pois a atual administração da USP vem implementando todas as políticas de Serra.

Quem não tem competência para criar, copia. É este o modelo de universidade que querem IMPOR, quando anunciam a Carreira e quando a Presidente da Comissão Central do GESPÚBLICA USP e diretora do DRH, envia e-mail para todos os funcionários(as) solicitando a “leitura e ampla discussão na unidade do Decreto do Governador nº 53.963, de 21 de janeiro de 2009. Como sempre, o governo Serra ataca no mês de janeiro e a reitoria, em menos de um mês, implementa o ataque como o fez em 2007.

CAUIDADO COM ESTE MODELO DE GESTÃO

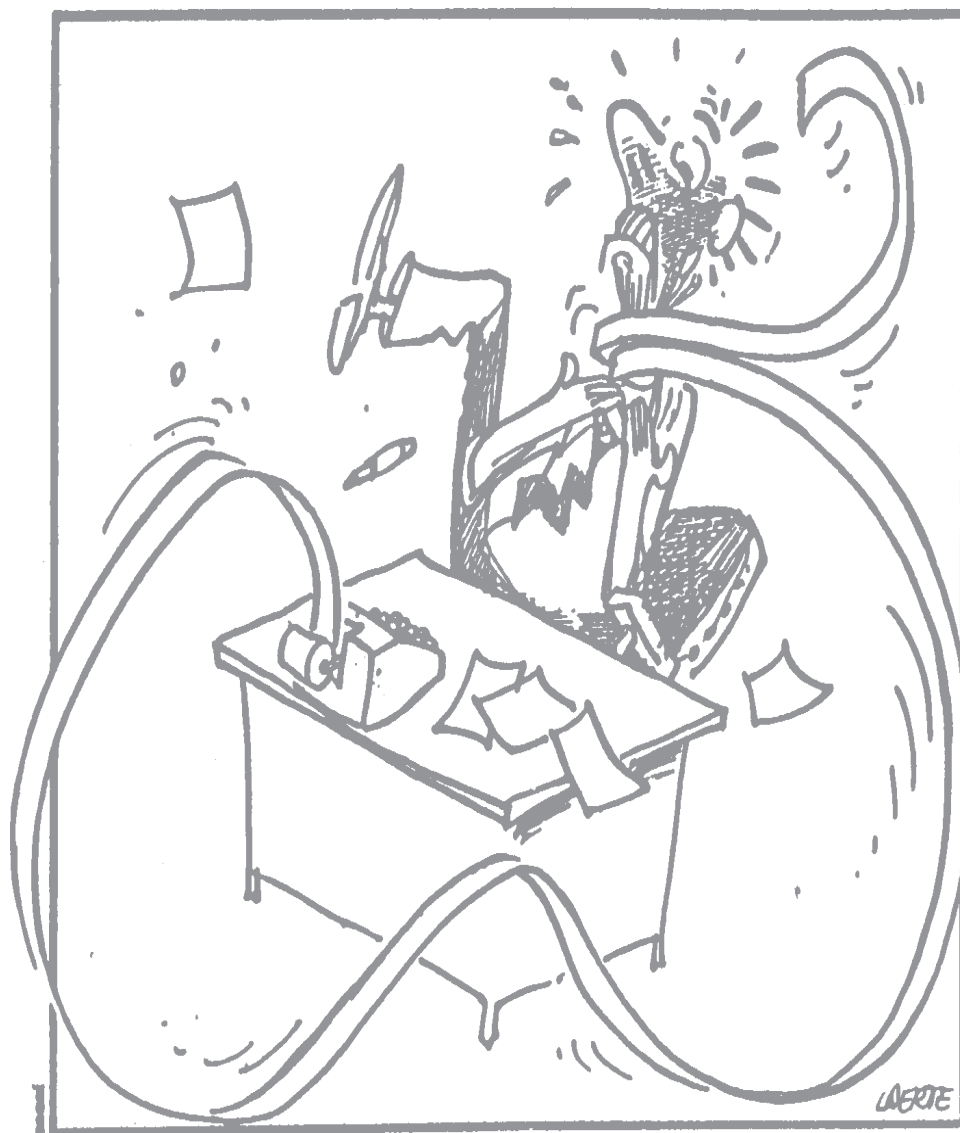
Qual o objetivo do pedido de leitura de um Decreto do Governo, senão anunciar aos funcionários(as) das respectivas unidades da USP: “CAUIDADO, ESTE SERÁ O MODELO DE GESTÃO QUE A REITORIA IRÁ IMPLEMENTAR”.

O Ensino a Distância também é um Projeto do Governo, já em aplicação na USP, que foi aprovado na Assembléia Legislativa e antes “negociado” com os reitores das Universidades Estaduais Paulistas, sem nenhuma discussão com as comunidades.

Neste modelo de universidade não estarão incluídos milhares de funcionários da USP, razão pela qual será necessário “eliminar” alguns milhares de trabalhadores.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

A reitoria vem atacando com processos administrativos. Após a demissão do Brandão na PCO, foram abertos seis processos administrativos na PCO e dezenas de outros.



Não são apenas os funcionários “básicos” da PCO. São também funcionários básicos e técnicos de toda a Universidade, inclusive aqueles que deveriam contar com o respeito da reitoria por serem doentes, como os “usuários de álcool e drogas”. A reitoria não os trata mais como “dependentes químicos”, mas como “usuários de álcool e drogas”, e os está enquadrando em Processos Administrativos para demiti-los, como já o fez em um desses processos.

Demitem “dependente químico” que responde a Processo Administrativo, demitiram o companheiro Brandão, mas permitiram o DESAPARECIMENTO de um processo administrativo da Consultoria

Jurídica, aberto pelo Prof. Melfi, contra um “elemento” de Piracicaba que, segundo o relatório da Comissão que apurou os fatos (ameaça de morte a uma Professora daquele Campus) e que segundo a própria Consultoria Jurídica deveria ser “demitido a bem do serviço público”. A reitora não teve a coragem de dar a esse elemento a mesma sentença que deu injusta e covardemente ao Brandão.

IMORALIDADE

Mas a reitoria teve a coragem de compactuar com a imoralidade do pagamento exorbitante de horas extras a quatro funcionárias da Escola Politéc-

nica, num valor que supera R\$ 50 mil reais em um único mês, quando os motoristas daquela unidade e outras unidades e da própria reitoria não recebem horas extras. O Sintusp não tem e não fará nenhum acordo de Banco Horas com a reitoria. Mas a Consultoria Jurídica, sob a “arbitrariedade” da Procuradora Geral chefe, impõe aos motoristas conviver e trabalhar “arbitrariamente” sob o “Banco de Horas”, através dos “famosos acordos individuais”. Será que a reitoria, ao receber esta denúncia não consultou a CJ, como consulta para tudo, quando diz respeito a funcionário(a)? Ou consultou, e a senhora Procuradora Chefe não teve a coragem de mexer com “peixe grande” e continua a matar os “peixes pequenos”? Essas diferenças de tratamento geram “desequilíbrios” e continuam a manter a cultura de “exclusão” dos funcionários, sendo que no seu discurso de posse a reitora enfatizou a “inclusão”, diferentemente da prática administrativa que a reitoria vem adotando, pois a única “inclusão” é daqueles poucos professores que decidem eleição de reitor(a).

Gostaríamos de lembrar que no início da sua gestão a Profa. Suely mencionou em um dos seus discursos que a Universidade deveria ter funcionários exemplares, como o senhor João Carlos Canaã do CEPEUSP, naquele momento membro e um dos pilares do GEFIM e GESPÚBLICA USP e hoje está na folha de pagamento da USP, apesar de não estar trabalhando na unidade e ter um site de festa server.

ABAIXO OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS!

NÃO À DEMISSÃO DOS “DEPENDENTES QUÍMICOS” FUNCIONÁRIOS DA USP!

PELO RESPEITO AO TRATAMENTO DE TODOS!

READMISSÃO JÁ DO COMPANHHEIRO BRANDÃO!

*Neli Maria Paschoarelli Wada
Coordenadora do CDB – Conselho
Diretor de Base do SINTUSP
Representante dos Funcionários na
CCRH/USP*

8 DE MARÇO DE 2009

DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES!

Está chegando o 8 de março e as lojas já começam a ficar repletas de flores e bombons. Mas por trás dessa “cortina de rosas” em torno do Dia Internacional da Mulher está oculta a luta organizada das mulheres trabalhadoras, motivo que originou não somente esta data, mas a tradição de reverenciar as mulheres com um dia especial no ano. Foi por conta de importantes greves de trabalhadoras têxteis no começo do século XX que até hoje ativistas e militantes saem às ruas para lutar pelos direitos das mulheres.

Sabemos que a necessidade de luta das mulheres transcende esse “calendário de luta”, por isso é de extrema importância que os sindicatos possam discutir em toda a categoria o problema da opressão da mulher e a situação degradante em que se encontram no capitalismo. Afinal, não podemos esquecer que as mulheres são metade da humanidade e compõe 70% da população pobre do mundo inteiro. Sofrem com a dupla jornada de trabalho, são a maioria entre trabalhadores precarizados e milhares morrem todos os anos por conta de abortos clandestinos. E diante dos primeiros sintomas da crise econômica mundial, as mulheres são as principais vítimas das demissões em massa, por isso sentem duplamente o peso da crise em suas costas.

Sendo assim, o SINTUSP, como parte da Conlutas, deve estar na linha de frente da luta pelos direitos da mulher traba-



Luiz Vasconcelos

lhadora, incorporando cada vez mais as demandas das mulheres no programa do nosso sindicato. Convidamos todos, trabalhadores e trabalhadoras, a participar do 8 de março anti-governista chamado pela Conlutas, e a participar das atividades que o sintusp estará organizando para seguir discutindo e impulsionado a luta contra a opressão da mulher, lutando dessa forma contra a divisão que querem impor em nossa classe.

Lutadoras – Histórias de mulheres que fizeram história

No mês de março, o grupo de mulheres Pão e Rosas organizará aqui na USP o lançamento* do livro *Lutadoras – Histórias de mulheres que fizeram história*. Esse livro traz uma retrospectiva da história de bravas mulheres que estiveram ao lado da classe trabalhadora e se enfrentaram com a polícia, com os patrões, com o governo e com o Estado para defender uma saída de fundo para a nossa classe. É emocionante conhecer suas histórias, pois dessa forma temos certeza de que se elas puderam, nós também podemos, e podemos mais, pois contamos com os erros e acertos que ficaram marcados na história e que resgatemos com essa publicação. (Em breve, divulgaremos o calendário de lançamento).

LUTADORAS – Se elas puderam, nós também podemos!

Por Patrícia Alves, trabalhadora da FFLCH e integrante do grupo de mulheres Pão e Rosas.

DEGRADAÇÃO E SOFRIMENTO DAS MULHERES DO CONGO

Por Eve Ensler

Volto do inferno. Procuo desesperadamente uma maneira de lhes contar o que vi e ouvi na República Democrática do Congo. Procuo uma maneira de lhes narrar as histórias e as atrocidades, e, ao mesmo tempo, evitar que fiquem abatidos, chocados ou afetados mentalmente. Procuo uma maneira de lhes transmitir o meu testemunho sem gritar, sem me imolar ou sem procurar uma AK 47.

Não sou a primeira pessoa que denuncia as violações, as mutilações e as desfigurações das mulheres do Congo. Existem relatórios a respeito deste problema desde 2000. Não sou a primeira a contar essas histórias, mas, como escritora e militante contra a violência sexual às mulheres, vivo no mundo da violação. Passei dez anos a ouvir as histórias de mulheres violadas, torturadas, queimadas e mutiladas na Bósnia, Kosovo, Estados Unidos, Cidade Juárez (México), Quênia, Paquistão, Haiti, Filipinas, Iraque e Afeganistão. E, apesar de saber que é perigoso comparar atrocidades e sofrimentos, nada do que eu tinha escutado até agora foi tão horrível e aterrorizador quanto à destruição da espécie feminina no Congo.

A situação não é mais do que um feminicídio, e temos que a reconhecer e analisar como tal. É um estado de emergência. As mulheres são violadas e assassinadas a toda hora. Os crimes contra o corpo da mulher já são horríveis por si. No entanto, há que acrescentar o seguinte: por causa de uma superstição que diz que, se um homem viola mulheres muito jovens ou muito idosas, obtêm poderes especiais, meninas de menos de doze anos de idade e mulheres de mais de oitenta anos são vítimas de violação.

Também é necessário acrescentar as violações das mulheres diante de seus maridos e filhos. Mas a maior crueldade é a seguinte: soldados soropositivos organizam comandos nas aldeias para violar e mutilar as mulheres.

No entanto, o crime mais terrível é a passividade da comunidade internacional, das instituições governamentais, dos meios de comunicação... a indiferença total do mundo perante tal extermínio. Passei duas semanas em Bukavu e Goma entrevistando as sobreviventes. Algumas eram de Bunia. Efetuei pelo menos oito horas de entrevistas por dia. Almocei e fui a sessões de terapia com essas mulheres. Chorei com elas. O nível de atrocidades supera a imaginação. Não tinha visto em nenhuma parte esse tipo de violência, de tortura sexual, de crueldade e de barbárie.

No leste do Congo existe um clima de violência. Nessa zona as violações tornaram-se, tal como me disse uma sobrevivente, um “esporte nacional”. As mulheres são menos do que cidadãs de segunda classe. Os animais são mais bem tratados. Parece que todas as tropas estão implicadas nas violações: as FDLR, as Interahamwe, o exército congolês e até as Forças de Paz da ONU. A falta de prevenção, de proteção e a ausência de sanções são alarmantes.

Leia, na íntegra, no site do sindicato (www.sintusp.org.br) essa grave denúncia sobre o feminicídio contra as mulheres no Congo.

CONLUTAS

Uma proposta à plenária da CONLUTAS!

O primeiro impacto da crise do modo de produção capitalista na economia brasileira já levou à demissão de mais de dois milhões de trabalhadores (as) dos setores mais precarizados, em todo o país.

Aqui, em São Paulo, as demissões atingiram um terço dos lares, segundo uma pesquisa divulgada nos portais da internet.

Embora fosse uma tragédia anunciada, as demissões pegaram os trabalhadores desprevenidos, divididos e desorientados.

Ainda assim vários setores tentaram e ainda tentam resistir, lutando heroicamente. Mas o isolamento das lutas, a traição das direções pelegas, da Força Sindical e da CUT, e a ausência de uma política capaz de unir as fileiras da classe, em torno de um programa operário de safada para a crise, têm sido até o momento,

uma barreira intransponível a separar os trabalhadores de uma possível e necessária vitória contra a burguesia, que graças a isso, segue descarregando o preço da crise sobre as costas dos trabalhadores (as).

Mas este foi apenas o primeiro impacto, pois o pior está por vir. Sabendo disso, nós, lutadores antigovernistas que vimos construindo a CONLUTAS, não podemos permitir que os novos ataques encontrem os trabalhadores sem condições de reagir.

A partir das suas assembléias e reuniões de diretoria e do Conselho Diretor de Base do seu sindicato, os trabalhadores vêm propondo desde novembro de 2008 que a Conlutas convoque encontros regionais de trabalhadores, abertos a todos os setores em luta ou que estejam sob ataque, para discutir de que forma, com

qual programa e com qual política os trabalhadores podem iniciar a resistência e preparar a ofensiva.

Essa primeira onda de demissões faz da convocação desses encontros uma tarefa não apenas necessária, mas também urgente, no sentido de mobilizar a vanguarda e preparar um grande encontro nacional para aprovar um programa e um plano de ação para organizar e unir as forças da classe trabalhadora numa só luta, para barrar as demissões, defender os salários e os direitos e fazer com que os patrões paguem o preço da crise capitalista que estão tentando descarregar nas costas da nossa classe.



Marcha ao Palácio em 2007

Jornal da USP

Para que os trabalhadores (as) não paguem a crise

Para preservar as imensas fortunas, acumuladas graças à super-exploração dos trabalhadores na “época das vacas gordas”, os patrões já demitiram dois milhões de trabalhadores no Brasil e tentarão demitir dez vezes mais no próximo período. Para se safarem da crise, porém eles necessitam muito mais do que demitir: eles tentarão ainda reduzir os salários aos níveis mais baixos da história, desregularizar as relações de trabalho e acabar com os direitos trabalhistas, além de sugar dos cofres públicos bilhões e bilhões de dólares arrecadados pelo Estado através de impostos extorquidos dos salários da classe trabalhadora.

Os patrões e os governos patronais não abrirão mão desse objetivo. Portanto, os trabalhadores e a vanguarda devem ter em conta que não há mediação possível. São eles ou nós! Dessa forma, os trabalhadores não podem contar com nenhum governo patronal, como os de Lula e Serra, para barrar as demissões e defender seus salários e seus direitos. Para isso, os trabalhadores só podem contar com suas próprias forças.

Assim, um programa operário de safada para a crise deve se combinar ne-



cessariamente com um chamado dirigido aos trabalhadores da base da CUT, da Força Sindical, pela construção através de encontros, plenárias e congressos de uma frente única operária e classista que ajude esses trabalhadores a se libertar da influência paralisante dos dirigentes pelegos e governistas, pois tal programa só pode ser imposto pela força combinada de Manifestações, Greves,

Ocupações de Fábricas e paralisações nacionais, e isso exige a unidade das fileiras da classe trabalhadora. Por isso, tal programa deve ter a independência de classe dos trabalhadores, em relação à burguesia e seus governos, como um princípio inviolável.

EM DEFESA DO EMPREGO:

- Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.
- Expropriação sem indenização e funcionamento com controle operário de toda empresa que abrir falência ou tentar demitir trabalhadores.

CONTRA A ESPECULAÇÃO:

- Abertura dos livros caixas de todas as empresas, para os trabalhadores saberem o quanto os patrões lucraram no último período explorando nossa classe.
- Nenhum centavo mais dos cofres públicos para banqueiros ou empresários, nacionalização, sem indenização e sob controle dos trabalhadores, de todos os Bancos Privados.

CONTRA A FOME:

- Recuperação das perdas salariais.
- Escala móvel de salários, com reajustes mensais pela inflação;
- Salário mínimo do DIEESE.
- Expropriação dos latifúndios, sem indenização e REFORMA AGRÁRIA sob controle dos trabalhadores.
- Anistia das dívidas bancárias de todos os trabalhadores desempregados.
- Isenção de impostos, tarifas públicas e mensalidades escolares a todos os demitidos e desempregados

CONTRA O IMPERIALISMO:

- Não pagamento das dívidas externa e interna;
 - Barrar o envio de divisas ao exterior detendo as remessas de lucro das multinacionais;
 - Retorno imediato das tropas brasileiras no Haiti;
 - Fora os Ianques do Oriente Médio;
 - Fim do estado racista, colonialista e genocida de Israel;
 - Fim dos massacres e liberdade ao povo Palestino.
- Unir as fileiras da classe operária e dos oprimidos. Viva a luta da classe trabalhadora!

O ESPAÇO É NOSSO!

O CLUBE DOS FUNCIONÁRIOS TEM QUE SER DOS FUNCIONÁRIOS

Quando o reitor Prof. Goldemberg anunciou a construção de um Clube apenas para professores, a direção da nossa entidade foi ao reitor protestar veementemente contra a discriminação e o apartheid na universidade, pois a reivindicação da ASUSP, hoje Sintusp e também da Adusp, era um clube para todos.

O Prof. Goldemberg, numa reunião posterior, comunicou à ASUSP/Sintusp que os professores não abririam mão de um espaço só para eles e que, assim a nossa reivindicação seria atendida com a construção do Clube dos Funcionários, que acabou sendo concluída na gestão seguinte, com o Prof. Lobo reitor, e cuja administração foi entregue à COSEAS.

O Clube funcionou durante os primeiros anos com um Restaurante/Lanchonete que cobrava preços altos, e acabou sendo fechado, permanecendo sob a responsabilidade da COSEAS na gestão da Professora Rosa Godoy, num estado lastimável pelo abandono.

Na Campanha Salarial de 2005, a abertura do Clube e sua administração pelo Sindicato passaram a ser reivindicações da Pauta Específica aprovada em Assembleia de Greve.

Na negociação com o Prof. Melfi, este se comprometeu com a reabertura do Clube dos Funcionários, após uma ampla re-



Ivane Sousa

Festa de confraternização dos trabalhadores da USP em 2008

forma, desde que a PCO gerisse o Clube, além do Sintusp.

O acordo foi aprovado em Assembleia de Greve e, ao término da gestão Melfi, a Profa. Suely tornou-se reitora.

A má vontade da PCO na Administração do Prof. Adilson de Carvalho, para cumprir o acordo ficou evidente na morosidade da Reforma, assim como no não cumprimento da maioria dos itens acordados sobre a reforma.

O Clube foi reaberto e aí ficou claro

também a dificuldade da “CO-GESTÃO, PCO/Sintusp, tendo em vista que tanto o Prefeito Prof. Adilson quanto a reitora Suely não possuíam vontade política de cumprir o acordo. Nada era cumprido daquilo que se combinava com a Prefeitura e os problemas permanecem até hoje.

TENTATIVA DE GOLPE

Recentemente, o Sr. Eduardo (ex-CECAE), um dos Assessores do Prefeito e funcionário da ex-prefeitura do campus (extinta por deliberação do Con-

selho Universitário, juntamente com as Prefeituras dos Campi do Interior), procurou membros da ALAFUSP para propor que os mesmos fizessem documento assinado por Presidentes de Grêmios de Funcionários, reivindicando que o CLUBE DOS FUNCIONÁRIOS passasse para a ALAFUSP e aos GRÊMIOS, pois, com isso, todos juntos poderiam ganhar dinheiro. GANHAR DINHEIRO explorando trabalhadores com um Clube que foi construído graças ao nosso sindicato para os FUNCIONÁRIOS, e tudo isso indo contra deliberação dos funcionários em Assembleia e um acordo assinado em negociação durante uma GREVE.

É a indução à traição de funcionários de má fé, por parte da administração da PCO e da Universidade.

O CLUBE DOS FUNCIONÁRIOS É DOS TRABALHADORES E MAIS DO QUE NUNCA SEU FUNCIONAMENTO E GESTÃO DEVERÃO CONSTAR DA PAUTA ESPECÍFICA DOS FUNCIONÁRIOS NA CAMPANHA SALARIAL DE 2009.

FORA A TENTATIVA DE GOLPE DA EX-PREFEITURA E REPÚDIO AOS FUNCIONÁRIOS TRAIADORES, QUE ESTÃO CAINDO NO CONTO DE SE-REIA DA EX-PREFEITURA.

RECEITA VAI DEVOLVER I.R. DE FÉRIAS VENDIDAS

O trabalhador (a) deverá fazer declaração retificadora de i.r. referente a anos anteriores.

Em 2002, foi promulgada Lei nº 10.522, que impede que a Receita Federal recolha imposto de renda sobre os 10 dias de férias (abono) vendidos pelo trabalhador.

O Governo Federal nunca cumpriu essa Lei e efetuou indevidamente o recolhimento todos estes anos.

Desde 2003 este procedimento ilegal vem sendo questionado na Justiça.

Em 2006, a Procuradoria Geral

da Fazenda Nacional determinou que se cumprisse a Lei.

Para receber de volta o imposto pago, o contribuinte deve fazer uma declaração retificadora referente aos anos-base em que teve as férias vendidas – o mesmo procedimento deve ser adotado pela empresa empregadora não podendo haver divergência entre os dados. Obs.: Os valores devolvidos serão corrigidos pelo valor da taxa básica de juros SELIC, hoje 12,75%. A liberação da restituição será feita na mesma conta bancária onde o contribuinte recebe a restituição do I.R..

A Receita Federal pretende restituir o I.R. a partir de 2006,

Entretanto, para a especialista em imposto de renda, Elizabeth Libertuci, deverão ser restituídos os últimos 5 anos, pois a Lei é de 2002.

ATENÇÃO

A Reitoria deve informar imediatamente a todos os funcionários que receberam o abono de férias o valor do abono e do desconto do I.R. desde 2003, para que o trabalhador possa fazer sua declaração retificadora e

receber o ressarcimento do imposto.

A Reitoria, procurada pelo Sindicato, que solicitou que todos sejam informados dos valores do I.R. descontados, declara que a questão está sendo estudada pela famigerada C.J. (Consultoria Jurídica), especialista em “empurrar com a barriga” tudo o que é de interesse dos funcionários.

OS TRABALHADORES DA USP TÊM DIREITO ÀS INFORMAÇÕES IMEDIATAMENTE.

CHEGA DE BUROCRACIA E ENROLAÇÃO!

EX-FAENQUIL

LORENA: DESCASO DO GOVERNO SERRA E REITORIA

A FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA DE LORENA foi o berço do álcool, hoje o ouro verde do Brasil, muito apreciado pela Europa e agora por Obama (EUA). Ali trabalharam com muita “dignidade” trabalhadores intelectuais e braçais que, com toda a dedicação, descobriram através das matérias orgânicas “mandioca brava e cana-de-açúcar” o combustível com menor teor de poluição, o álcool.

Com todo esse potencial, a Faenquil, hoje EEL, se transformou num instrumento eleitoreiro para o PSDB.

O Governador Alckmin, querendo se reeleger impôs à Universidade de São Paulo, a incorporação da Faenquil à USP, desrespeitando a autonomia conquistada pelos trabalhadores e não pelos burocratas acadêmicos. A USP submeteu-se ao governo e incorporou os bens materiais e os estudantes (hoje temos formandos na USP, sem nunca terem se submetido ao terror da Fuvest), deixando de fora 315 trabalhadores (funcionários e professores).

Os professores e funcionários que não foram consultados sobre a “negociata”, assinaram em outubro de 2006, conforme Ofício Circular nº 10/06, um “Termo de Anuência para cessão de funcionários vinculados à Secretária da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico”, hoje, após os golpes de Serra, ape-

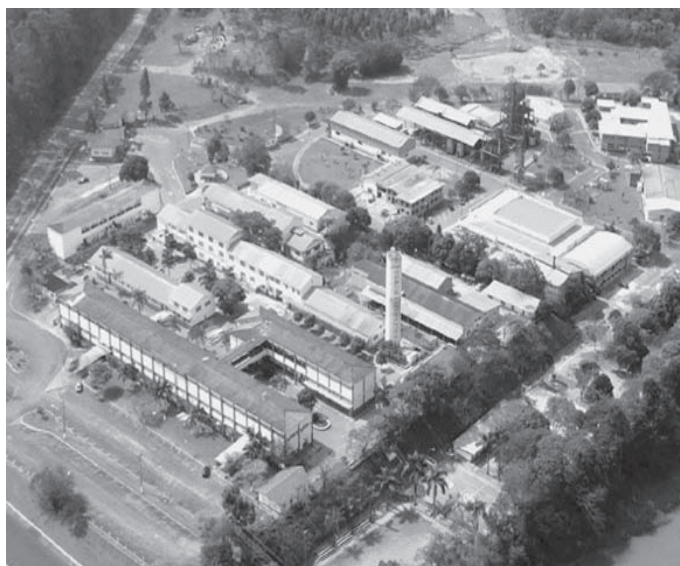
nas Secretaria do Desenvolvimento, sendo que o **prazo desse convênio é de cinco anos.**

A reitora Suely, indicada pelo ex-reitor prof. Melfi, que realizou toda esta negociata com o governo, foi à Lorena por diversas vezes prometendo resolver a situação dos trabalhadores, que é lamentável e preocupante, porém nada resolveu.

A reitora está “cozinhando galo gordo”, servindo uma “boa canja” para os trabalhadores, enquanto o tempo passa e o prazo do convênio que assinaram se expira.

Lorena, instrumento eleitoreiro

Começa a corrida para a sucessão da reitora, que apóia o Prof. de São Carlos, o mesmo que incriminou o movimento dos funcionários e estudantes durante a ocupação da reitoria em 2007 e que hoje, provavelmente é um dos que apóiam a reitora na demissão do Brandão. É bem possível que esse senhor, uma vez reitor, não tenha nenhum pudor em 2011 e alia-



do ao governo Serra, demita os trabalhadores de Lorena.

A reitora, aliada a governo eleitoreiro, preocupou-se apenas em cumprir os “arranjos feitos” com o Prof. Massola (Presidente da Fundação USP), que deu apoio a ela, durante a sua eleição para reitora, no sentido dele “governar” Lorena, tornando-a elegível para concorrer ao cargo de reitor ou ser mais um voto para o candidato da reitora.

Em Lorena, só comparecem para “cortar faixas, tomar o *chopp* lá fabricado pelos operários e freqüentar os bons

restaurantes da cidade”. Ter um olhar para a vida dos trabalhadores, fazer a sua “inclusão” no quadro de recursos humanos da USP é coisa do passado, discurso de posse.

Reitor, reitora e governos somente brigam pelo poder. As necessidades dos trabalhadores são coisas secundárias.

Companheiros (as): resgatar a “dignidade da USP” é resgatar a dignidade dos trabalhadores que a constroem, como fizeram os trabalhadores do *Campus* de Lorena que, antes de ser incorporados à USP, já possuíam a “excelência acadêmica”. Os trabalhadores de Lorena não serão moeda de troca para governos e reitores.

Os trabalhadores de Lorena estão perdendo direitos, como sexta parte, quinquênio, gratificações, e adquirindo insegurança com relação aos seus empregos, porém não perderão a sua dignidade para resgatar a dignidade que nenhum reitor e governos possuem, muito menos a disposição para a GUERRA.

É esta “guerra” terá que ser este ano, caso contrário a reitora terá resolvido a situação do poder na USP e não a situação dos trabalhadores.

*Neli Maria Paschoarelli Wada
Coordenadora do CDB e Representante dos Funcionários na CCRH*

POLÍTICA DO DRH ADOECE FUNCIONÁRIOS ABAIXO A PORTARIA GR nº 3794/07

A reitoria vem adotando a Política de Recursos Humanos de NÃO CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS, principalmente nas áreas a serem terceirizadas, como os Restaurantes, onde os trabalhadores exercem as suas funções além dos seus limites físicos e ao longo dos anos adoecem.

A COSEAS é uma das unidades da USP que, quando o INSS solicita a Readaptação do Funcionário para outra função, nega-se a fazê-lo e, quando o faz é somente após muita humilhação da pessoa, prejuízo do salários dos funcionários e intervenção do Sindicato.

Além disso, funcionários da COSEAS que procuraram o INSS para se aposentar descobriram que a USP não fez o recolhimento da contribuição previdenciária

durante mais de 15 anos e ouviram dos funcionários do INSS que: “este não é o único caso, existem dezenas deles”. Já foi formulada denúncia à própria diretora do DRH e esperamos que ela tenha solucionado a questão.

As desculpas para não readaptar os funcionários portadores de doenças profissionais ou que tenham sofrido acidente de trabalho sempre são as normas, regras, circulares e portarias que o DRH ou a Reitora edita, todas sem nenhuma discussão com os Representantes dos Funcionários na CCRH, que são apenas comunicados e instados a aprová-las depois de elas já terem sido publicadas no Diário Oficial.

Uma dessas normas é a GR 3794-07, editada pela reitora que envolve o

SESMT, o qual solicita a alteração de função, porém é necessário ter o aval da Direção do DRH, o que transgredir as funções do médico do trabalho - exercidas conforme os conhecimentos que adquiriram nas universidades, os princípios éticos do Conselho Regional e Federal de Medicina, bem como outras legislações referentes à questão - são banalizadas.

Esta Portaria também menciona que as alterações de funções terão prévia autorização da CCRH – Comissão Central de Recursos Humanos, o que não vem acontecendo.

O DRH elabora essas normas, portarias e circulares sem ouvir os profissionais do SESMT envolvidos no processo. Apenas a Consultoria Jurídica é ouvida e muitas vezes interfere, com pareceres

negativos aos funcionários. O Professor Goldemberg, quando reitor, já dizia na implantação da nossa primeira Carreira: “a Consultoria Jurídica existe para procurar legislações que justifiquem os atos do reitor e não para dizer se pode isto ou aquilo”. No caso da gestão da Profa. Suely, a CJ é para justificar as maldades que esta gestão vem fazendo com os funcionários.

A reitora não irá resgatar a dignidade da USP demitindo o Brandão. Para resgatar a dignidade da USP a reitora deve rever Portarias e Circulares do DRH que vem penalizando os funcionários a fim de resgatar a dignidade dos trabalhadores que adoeceram, tendo em vista, a sua política de recursos humanos.

ABAIXO A GR 3794, de 17/7/2007

CARREIRA

REJEITAR O “SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS” IMPOSTO PELA REITORIA

Em Assembléia realizada no dia 29/01/2009, os funcionários deliberaram REJEITAR o Plano de Carreira imposto pela reitoria e RECUSAR-SE a chamá-lo de carreira, pois não se trata de uma Carreira, mas sim de um SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS.

Temos muitos motivos para rejeitá-lo e aqui teceremos alguns deles.

A “Carreira” proposta pela reitoria vem junto com um modelo de universidade, ou seja, “A Universidade do Futuro”, já negociado com o governo Serra, que desde o início da sua gestão tenta intervir nas universidades estaduais paulistas. Este modelo busca referência nas universidades européias.

É um projeto “ideológico” da burguesia e do capital, que vem aplainando terreno com a demissão do Brandão e ataques aos movimentos dos funcionários e estudantes, para poderem transformar a universidade.

A reitoria propõe um **Sistema de Gestão de Pessoas por Competências e não um Plano de Carreira**. Esse Sistema torna a USP uma grande “empresa” empreendedora do mercado, na área da educação e pesquisas, tirando-lhe do foco do serviço público, se escondendo atrás da “excelência acadêmica”, criando uma etiqueta que irá ajudá-la a vender suas pesquisas e resultados.

REITORIA MENTE

A reitoria diz que a “carreira” foi aprovada na reunião da CCRH, dia 04/12/2008. Nessa reunião, foi apresentado e discutido apenas parte do documento: “Proposta preliminar do Plano de Carreira para os Servidores Técnicos e Administrativos da USP”, sem o “Anexo I”. Nessa reunião, o Prof. Dante reafirmou que o prazo para as propostas seria 31 de janeiro de 2009, sem levar em consideração a solicitação de funcionários, diretores de unidades e Congregações para que a reitoria prolongasse o prazo até março de 2009. Dizer que a Carreira foi aprovada na CCRH é GOLPE, porque não aprovamos algo que ainda poderia receber propostas e sofrer modificações.

Dia 02/12/2008, a reitoria em mais um GOLPE, tenta a aprovação do Sistema no Conselho Universitário e sua inclusão no Estatuto da USP, juntamente com a Carreira dos Docentes. Não consegue seu intento, pois os professores rejeitaram a proposta referente à sua Carreira.

Para a reitoria, as funções não têm importância, basta que os funcionários, nas suas atividades diárias, demonstrem competência. Só terão “desenvolvimento profissional, permitindo mobilidade na Carreira” funcionários com “funções complexas”.

Segundo a reitoria, quem tiver “competências” permanecerá na USP e terá ascensão na Carreira. Vemos, com isso, um futuro conflituoso, cheio de desilusões, com muito assédio moral, doenças mentais e profissionais, dependência química aumentada e, por que não dizer, o suicídio.

Essa Carreira privilegiará os GESTORES, que irão “gerenciar conflitos de modo eficaz”, “atendendo às expectativas da Universidade em relação aos resultados da unidade que gerencia”. Esses gestores irão defender “os interesses e valores corporativos da burocracia acadêmica, ou seja, tornar-se-ão os grandes executivos da USP, os únicos a lucrarem com esse projeto.

A Proposta deste Sistema de Gestão/Carreira é antidemocrático, uma vez que não envolveu os funcionários em amplas discussões.

O “Grupo de Modelagem” que elaborou e discutiu esse projeto é composto por pessoas da confiança da reitoria, sem o reconhecimento dos funcionários, muitas delas autoritárias nas suas unidades e no tratamento com os funcionários.

O enquadramento dos funcionários nesse Sistema será a CUSTO ZERO. Apenas 10% dos funcionários terão alteração salarial, enquanto 90% não receberão qualquer melhoria salarial.

A Carreira proposta é excludente, pois 4.995 funcionários básicos, dos quais



4.130 que serão incluídos no Eixo de Apoio Administrativo e 865 no Eixo de Apoio Técnico, áreas passíveis do processo de terceirização, ficam sem nenhuma perspectiva de ascensão. A Reitoria reafirma, que os básicos terão que se preparar e prestar processo seletivo, para prestar processo seletivo, para preencher vagas de técnicos.

O técnico poderá desempenhar as funções de nível superior, desde que tenha o nível superior, sem flagrante de desvio de função.

Para um funcionário chegar ao topo da Carreira, será necessário de 20 a 21 anos de trabalho, “adquirindo conhecimentos, competências e conseguindo bons resultados para a universidade, sempre defendendo os valores corporativos”.

Segundo a reitoria, trata-se de:

a) “Uma carreira que valoriza as pessoas a partir da sua contribuição para a USP”.

b) “Uma carreira pensada para o futuro da universidade e não para resolver problemas”.

c) Um projeto de Carreira para “aprimorar a gestão da universidade”, que irá administrar o “estoque de capacidades necessárias para maior contribuição de cada um dos funcionários para

a USP, conciliando e harmonizando capacidades e desafios, que cada um terá que possuir, para ir em busca dos resultados desejados”.

Nessa proposta de gestão as 209 funções do PCF serão extintas, e 3 amplas funções serão criadas: Eixo de Gestão, Eixo de Apoio Administrativo e Eixo de Apoio Técnico. Isto levará todos os funcionários a se tornar funcionários “polivalentes”, pois deixarão de desempenhar suas funções específicas de acordo com as suas especialidades, sem poder reclamar mais tarde do “desvio de função”.

Só haverá ascensão na Carreira para os funcionários com diploma de nível superior e conhecimentos de informática e idiomas.

A Avaliação de Desempenho continuará a existir. Esta Avaliação não estará vinculada à REMUNERAÇÃO e sim ao desenvolvimento profissional do funcionário. Diz a reitoria que irá criar uma Política para o Desenvolvimento Profissional dos funcionários, o que é questionável, pois sabemos que poucos privilegiados participam da política de Treinamento nas unidades.

A nossa luta e reivindicação sempre foi diminuir a diferença entre o menor e o maior salário. Agora, a diferença entre o menor salário e o maior salário será de 10 vezes o piso da categoria.

Haverá em cada unidade um Banco de Dados de funcionários, porém não se mencionam quais são estes dados e quem elabora esse Banco de Dados, o que poderá ser um instrumento poderoso de perseguição a funcionários que estejam na mira dos “Gestores”.

Será necessário, por tudo isso, REJEITARMOS esta “Carreira” e ORGANIZAR a Luta:

Pela readmissão do Companheiro Brandão!

Por um Projeto real de Carreira!

Queremos sim a discussão de uma nova Carreira, porém discutida e negociada com a reitoria, portanto, reivindicamos a retirada deste “Plano” de discussão no Conselho Universitário.

CONSTRUIR A GREVE PARA MARÇO, A FIM DE DERRUBARMOS ESTA PROPOSTA DE CARREIRA!

ATENÇÃO

Reunião do Depto. de Carreira no dia 27 de fevereiro de 2009 às 12h. Pauta: discussão sobre o documento entregue na reunião do dia 17/02/2009 às representantes dos Funcionários na CCRH